



XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



**EVELINE ALMEIDA DE SOUSA
GUSTAVO PINTO DE SOUSA
ISABEL TERESA CREAÇÃO AUGUSTO (ORG.)**

**DIMENSÕES HISTÓRICAS DO
BRASIL E DA AMAZÔNIA
NO OITOCENTOS**





**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PARÁ**

**Eveline Almeida de Sousa
Gustavo Pinto de Sousa
Isabel Teresa Creão Augusto (ORG.)**

ANPUH
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

**DIMENSÕES HISTÓRICAS DO
BRASIL E DA AMAZÔNIA
NO OITOCENTOS**



Copyright © by Organizadores
Copyright © 2021 Editora Cabana
Copyright do texto © 2021 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico:

Eder Ferreira Monteiro

Edição e diagramação:

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Coordenação editorial:

Ernesto Padovani Netto

Revisão:

Os autores

Ilustração de capa:

Ver-o-peso de Theodoro Braga, 1910

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Dimensões históricas do Brasil e da Amazônia no Oitocentos
/ Organizadores: Eveline Almeida de Sousa, Gustavo Pinto
de Sousa e Isabel Teresa Creão Augusto. - 1. ed. - Belém, PA:
Cabana, 2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89849-04-9

1. História – Estudo e ensino 2. História do Brasil 3. Prática de
Ensino. I- Título.

CDD 907



[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 – Belém – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

Conselho Editorial ANPUH-PA

Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (PPGCult/UFMS)
Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio (ESMAC/APM)
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa)
Dr. Érico Silva Muniz (UFPA)
Dr. Keith Barbosa (UFAM)
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Ailton Pereira (UEPA)
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (Unifesspa)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Dr. Ipojucan Dias Campos (UFPA)
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves (UFPA)

Apoios:



Sumário

SUMÁRIO

Apresentação: os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas.....	8
Prof ^o Dr. Francivaldo Alves Nunes	
Apresentação.....	11
Eveline Almeida de Sousa	
Gustavo Pinto de Sousa	
Isabel Teresa Creão Augusto	
Dimensões históricas do Brasil e da Amazônia no oitocentos: horizontes e perspectivas de um encontro.....	13
Eveline Almeida de Sousa	
Gustavo Pinto de Sousa	
Isabel Teresa Creão Augusto	
O clérigo, o “advogado”, o jornalista: as primeiras construções das memórias de Batista Campos.....	27
João Nei Eduardo da Silva	
Proprietário por justo título: conflitos e tensões jurídico-burocráticas na implantação da lei de terras no Pará (1854-1860).....	42
Eliana Ramos Ferreira	
Entre projetos e “conveniências”: administração pública, terra e propriedade na escolha da sede da hospedaria de imigrantes do Pará.....	56
Isabel Teresa Creão Augusto	
Os senhores dos rios: o regatão e seu comércio fluvial na Amazônia do século XIX.....	69
Laura trindade de Morais	

O problema aumentou: processos migratórios e políticas intervencionistas de assistência a seca e as doenças em Teresina (1877-1879).....83

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves
Nara Viviany Moura de Oliveira

A construção da primeira república brasileira na cidade Vigia de Nazaré (1889-1894).....98

Felipe Daniel Noronha Mota
Igor Gomes da Silva

Sobre os autores.....112

APRESENTAÇÃO

Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.^a edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a especialidade da história social, no entanto, envolveu

também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinzas professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social e o

ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Profº Dr. Francivaldo Alves Nunes
Presidente da ANPUH-Seção Pará

APRESENTAÇÃO

Eveline Almeida de Sousa
Gustavo Pinto de Sousa
Isabel Teresa Creão Augusto

O simpósio temático *Dimensões históricas do Brasil e da Amazônia no Oitocentos* tem se dedicado a discutir questões pertinentes ao longo século XIX nas diferentes regiões do Brasil, conectando espaços, sujeitos, experiências e possibilidades de pesquisa. A proposta surgiu do interesse em pensar dinâmicas sociais e políticas específicas interligadas a estruturas que vigoraram no Império. Com ênfase no espaço amazônico, dialogando com outros processos sociais mais amplos, buscamos fomentar pesquisas e reflexões que apontem novas perspectivas de análise acerca dos grupos sociais e atores, homens e mulheres que, com suas ideias, ações, lutas e silenciamentos, construíram o Oitocentos brasileiro.

Esse conjunto de textos apresenta uma diversidade de temas, fontes e percursos de investigação que contam desde as primeiras décadas do século XIX até o início da República. Destacamos, assim, a importância de considerar a historiografia que se debruça sobre a consolidação da ordem Imperial, relativa à formação da nação e do território nacional. Também, ressaltamos os estudos sobre trajetória individual e memória subsidiados em pesquisas sobre João Batista G. Campos e Henrique Beaurepaire Rohan. Enfatizamos ainda, os trabalhos que tratam do direito à propriedade e suas tensões, entre terras públicas e privadas, em meados do século XIX e nos primeiros anos da República no Pará.

Além disso, temos um interessante esforço na identificação dos *regatões*, personagem bastante significativo para a Amazônia oitocentista, e uma aná-

lise sobre as secas, os migrantes e os *socorros públicos* no Piauí dos anos 1870. E, por último trouxemos uma investigação sobre as disputas pelo poder e pelo imaginário republicano nos primeiros anos do novo regime, na cidade de Vigia de Nazaré (PA).

O diálogo entre diferentes sujeitos, pesquisas e perspectivas enriquece nosso modo de escrever e ensinar história. Sendo assim, especificidades locais devem ser colocadas em relevo e conectadas com outras experiências, coadunando-se com processos históricos mais amplos, em jogos de escalas. Este exercício contribui, portanto, para construir significados sociais e políticos fundamentais para compreender a formação do tempo presente.

DIMENSÕES HISTÓRICAS DO BRASIL E DA AMAZÔNIA NO OITOCENTOS: HORIZONTES E PERSPECTIVAS DE UM ENCONTRO

Eveline Almeida de Sousa¹
Gustavo Pinto de Sousa²
Isabel Teresa Creão Augusto³

*A existência dos três mundos era,
em primeiro lugar, a existência da distinção
entre coisa e pessoa. [...] e,
dessa forma, a sociedade imprimia-se nos
indivíduos que a compunham,
distinguindo-os, hierarquizando-os e forçando-os
a manter os vínculos pessoais.*
(MATTOS, 1990, p.138)

A leitura de *O Tempo Saquarema* de Ilmar Rohloff de Mattos formou diferentes historiadores e historiadoras nos cursos de licenciatura em História no país. Seu livro serviu como base para o entendimento da organização política e social do jovem Império do Brasil. Em especial, quando discutia *um império e três mundos* compreendia-se como o exercício da cidadania era resultado dos interesses políticos. As relações entre os mundos da casa (privado), do governo (autoridade) e da rua (lugar de controle) pautados pelo sentimento aristocrático nos faziam entender que cada um sabia o seu lugar naquela realidade histórica.

¹ Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e doutoranda na Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: evelinehistor@gmail.com

² Professor do Instituto Nacional de Surdos (INES) e do Programa de Pós Graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: gsousarj@gmail.com

³ Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e doutoranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Email: isabelaugusto@gmail.com

Em linhas gerais, Mattos ensinava que *um império e três mundos* estabelecia a distinção na sociedade imperial a partir de três eixos: os *cidadãos ativos* constituído pelo mundo da Casa e do Governo, com renda e a prerrogativa de ser votado e ter direito ao voto; os *cidadãos não-ativos* na qual existia a presença dos denominados trabalhadores livres que não possuem a renda fixa; e os *não cidadãos* que incluía os escravos e os indígenas *não civilizados*.

A construção da ordem e o Teatro das sombras, de José Murilo de Carvalho, foram produções que ampliaram a densidade política do Império do Brasil. Ao lado de Mattos, Carvalho constituía-se em uma das leituras básicas para compreender as engenharias políticas da recente nação. Ao analisar o papel das elites, Carvalho observava que “o Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal” (CARVALHO, 2014, p.39), e que essa coesão facilitaria a manutenção da integridade nacional em comparação com o desmembramento dos antigos vice-reinados espanhóis.

Construir uma ideia de nação foi um desafio em particular do Império amplamente estudado pela historiografia brasileira. Para além das dificuldades políticas e jurídicas, era preciso dotar de sentido e unidade territórios que, até a ascensão de Dom Pedro II ao trono, ainda questionavam seu pertencimento e interesse ao projeto de Império Brasileiro. Por isso, foi fundamental ao novo regime promover instituições e sujeitos que colaborassem com tal empreitada.

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, talvez seja o marco mais relevante para a produção dessa identidade. Os trabalhos de Manoel Luís Salgado Guimarães, Lucia Maria Paschoal Guimarães, junto a muitos outros autores,

ajudaram a demarcar a importância dessa instituição para a produção de uma história da nação brasileira e, conseqüentemente, a legitimação e conformação de uma narrativa fundamental sobre a origem e destino da nação. Diversos autores e políticos estiveram vinculados ao IHGB, mas sua produção não foi a única conformar a história, memória e território durante o século XIX.

A literatura, ficcional e científica, em especial a de viagem, cumpriu sua parte na divulgação e, ao mesmo tempo, na definição de ideais de natureza, paisagem e do povo daquele país em conformação. As descrições e itinerários que diferentes naturalistas fizeram ao longo do século acabaram por definir um estilo à primeira geração do romantismo brasileiro, não apenas em sua temática, mas na sua estrutura narrativa, o que se contava e a forma como se descrevia, conforme estudaram Flora Sussekind (1990) e Márcia Naxara (2004). Para uma sociedade cuja estrutura educacional era bastante escassa, de um território continental e ainda carente de notícias e trocas entre províncias, o romantismo ajudou a definir a natureza como ideal compartilhado, e a direcionar o olhar sobre a população e a paisagem.

Podemos dizer que uma escrita da história do Brasil oitocentista é um projeto vigoroso. Historiadores e historiadoras como Lúcia Bastos Pereira das Neves (Corcundas e Constitucionais); Marcus Carvalho (Movimentos sociais e escravidão em Pernambuco); Magda Ricci (sobre cabanos e cabanagem no Pará); Marcelo Basile (o laboratório da nação); Beatriz Mami-gonian (os africanos livres); Jaime Rodrigues (questões do tráfico internacional de escravos); Keila Grinberg (escravidão e direito civil) entre outros autores e autoras contribuem para a profundidade dos estudos sobre o século XIX brasileiro.

Ao ampliar as formas de interpretação das experiências oitocentistas no conjunto do Império do Brasil, deslocamos nosso foco para analisar o que hoje compreendemos como Amazônia. Região que, no século XIX, foi palco de diversos movimentos sociais e políticos, e exercia um papel importante para assegurar a ordem Imperial e a unidade do território. Assim, buscamos refletir sobre as conexões entre as experiências amazônicas de estruturas imperiais, como a escravidão e o modelo agrícola, a partir de dinâmicas específicas que se apresentavam na região.

As articulações entre as províncias do Norte e o centro político do país suscitam novas perguntas e perspectivas de análise, que investiguem as formas como essas conexões entre os diferentes espaços eram operadas. Deste modo, é interessante pensar a diversidade de projetos de integração nacional, inclusive os derrotados ou aqueles pouco visitados, que estavam em disputa ao longo de todo século XIX.

Mais uma vez, retomando as considerações de Ilmar Rohloff de Mattos, o projeto de Império que algumas lideranças políticas adotaram após a Independência do Brasil, sob acirradas disputas, pensava uma expansão espacial ilimitada, um domínio sem fronteiras que caberia ao novo país (MATTOS, 2005, p.13-14). Contudo, a realidade que se impôs entre 1828 e 1831, inviabilizou os desejos de conquista que nomearam o Brasil independente. Desse modo, Mattos afirma que houve uma ressignificação do sentido de “Império”, que se deslocou de uma ideia de expansão além de suas fronteiras, para uma “expansão para dentro”, para o interior do território (MATTOS, 2005, p.23-24).⁴

⁴ O autor aponta que havia interesses do Império do Brasil em aumentar sua influência em Angola e na região do Prata, mas o Imperialismo britânico foi minando a presença brasileira na África, e a derrota do Brasil na Questão de Cisplatina (1828), impossibilitou os desejos de expansão do novo país.

Sendo assim, regiões que no século XIX estavam situadas no interior do país e nos seus limites, como a Amazônia e o atual Centro Oeste, por exemplo, podem ser compreendidas nessa perspectiva, geralmente identificadas como “sertões”. Tratava-se de espaços do interior do território nacional que precisam ser conquistados pelo poder Imperial, o que foi traduzido por meio das ações de esquadramento do território. Iniciativas como o mapeamento do espaço físico, as estatísticas de população, as investigações geográficas e dos recursos naturais, a criação de comissões científicas, como a Comissão Geológica (1875-1877) e a Comissão da Carta Geral do Império (1868-1878), vi-savam escrutinar o território nacional, a fim de exercer melhor o controle sobre essas áreas e suas populações.

Expandir-se para dentro era uma forma de incorporar ao Império regiões consideradas “vazias” e “isoladas” e, ao mesmo tempo, exercer maior controle social e político sobre os sertões e os limites do território. Houve, portanto, diversas ações do Estado Imperial e seus dirigentes que, de um modo geral, buscaram integrar o país através do trabalho, da agricultura, da viação, da colonização e do comércio. Segundo Ilmar de Mattos: “Ações que pressupunham saberes específicos, gestados e discutidos no interior das instituições e associações científicas, como o Instituto Histórico e Geográfico no Brasil” (MATTOS, 2007, p.605).

A Amazônia, nesse cenário, figurava como um espaço a ser conquistado por meio da construção de ferrovias, de um melhor aproveitamento da comunicação fluvial, estímulo a agricultura e à colonização; estes são projetos que aparecem constantemente nos relatórios de administradores de província e nos planos voltados para a região (SOUSA, 2011, p.63-68). Não por acaso, a Companhia de Navegação do Amazonas, inaugurada em 1852, representou para os administra-

dores públicos, um marco na dinâmica de circulação de mercadorias e pessoas na região. Posteriormente, a abertura do mesmo rio à navegação estrangeira, em 1865, trouxe maior dinamização para os negócios locais e nacionais (SOUSA, 2011, p.64-65). Assim, o rio Amazonas cumpria uma função de integração da região.

Uma escrita da história oitocentista apresenta distintos horizontes metodológicos e perspectivas teóricas de compreensão. O encontro desses pesquisadores e pesquisadoras pode ser conferida na Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO)⁵, que reúne distintos profissionais que se dedicam às atividades de ensino, pesquisa e extensão em relação ao “longo século XIX” (1750-1930). *Dimensões históricas do Brasil e da Amazônia no Oitocentos* emerge em cumplicidade com essa historiografia. A ideia de um simpósio nos encontros da ANPUH/Pará é uma forma de reunir diferentes estudiosos e estudiosas da área na região norte.

Seu objetivo é conectar pesquisas ligadas ao século XIX, como: revoltas e movimentos sociais, festas e religiosidade, relações de trabalho e escravidão, economia e relações de poder, cultura e sociedade, ciência e educação, trajetórias individuais e biografias, exercícios de liberdade e formas de resistência e agência, além de outros temas, enfatizando, quando possível, processos similares entre a Amazônia e as demais regiões que compunham o Brasil do Oitocentos, bem como suas diferenças.

Um estudo sobre o Oitocentos pautado pela diferença é o motor desse debate. O encontro de três professores na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) propiciou a formação de um grupo temático preocupado em situar as discussões sobre o século XIX na cidade de Santarém. A partir das disciplinas de His-

⁵ Disponível em: <https://www.seo.org.br/quem-somos>

toriografia brasileira, História Contemporânea I, História do Brasil II, História da Amazônia II, História da África II, História da América II, História Indígena e do Indigenismo e Educação Etnicorracial percebemos distintas narrativas, estudos e leituras sobre o Oitocentos. (UFOPA, 2017, p.40-42)

Nessa ocasião, nosso simpósio atinge a marca da terceira edição. A primeira em 2016 realizada, presencialmente, na UFOPA. A segunda em 2018, no campus da UFPA, em Belém. E a atual, em 2020, de forma remota. As três edições apresentam características distintas. Em 2016, o encontro não pode ser realizado na UFPA por conta da greve dos servidores que atingia a Universidade. À época, a organização do evento orientou que os coordenadores de simpósios podiam realizar as reuniões em diferentes lugares com a ciência da Associação. Em 2018, o encontro no Campus Guamá da UFPA ocorreu entre os dias 27 a 29 de junho. E agora por conta da covid-19 o trabalho seguirá pelas plataformas de encontro virtual.

Mas, como afirmamos, o que nos reuniu foram as dimensões históricas do Brasil e da Amazônia oitocentista pela diferença. Os pesquisadores Eveline Almeida de Sousa, Gustavo Pinto de Sousa e Isabel Teresa Creão Augusto têm formas diferenciadas que experimentar os estudos oitocentistas. São fontes, recortes, escolhas teóricas e caminhos metodológicos que nos distinguem, ao mesmo tempo, que nos aproximam. Esse ponto de encontro se estabelece a partir da diversidade que *um império e três mundos* possibilita aos historiadores e historiadores.

Com formação nos estudos do *mundo da rua*, Gustavo Sousa analisa as faces do universo escravista no Brasil Imperial. A preocupação com os desdobramentos que a Lei de 7 de novembro de 1831 trouxe para a situação do tráfico internacional de escravos e,

consequentemente, para os africanos e africanas sujeitos a escravidão foram o fio condutor de suas pesquisas. *Os africanos livres na Casa de Correção da Corte 1831-1850* (SOUSA, 2013) e *no tribunal das contendas: uma análise comparativa do direito das gentes no Brasil e Portugal 1839-1850* (SOUSA, 2017) foram problematizações criadas a partir dos jogos políticos que a política de supressão do tráfico internacional de escravos provocou nas duas margens do Atlântico.

O primeiro foi uma investigação dos africanos livres durante a construção da Casa de Correção da Corte. A partir da noção de disciplinarização, procurou-se entender como a Lei de 7 de novembro de 1831 deu condições para situação dos africanos livres. Juridicamente, eles eram livres, mas precisavam prestar trabalho em instituições públicas ou a serviços particulares como garantia para a liberdade. Nesse sentido, ao iluminá-los, constatou-se que a condição de trabalho livre trazia também as experiências da escravidão. Afinal, a noção de trabalho no Brasil imperial estava atrelada a escravidão.

Por outro lado, no tribunal das contendas a inquietação residia em comparar o uso político do *direito das gentes* utilizado por Brasil e Portugal durante o período de 1839 a 1850. A pesquisa começou com os problemas ocasionados com as aprovações dos *Bills* Palmerston (1839) e Aberdeen (1845) pela Grã-Bretanha. A questão era compreender como as nações brasileira e portuguesa buscaram, a partir do *direito das gentes*, ferramentas para resolver a contenda estabelecida com a Inglaterra em um contexto de supressão do tráfico intercontinental de escravos no espaço do Atlântico Sul. E, por fim, pensar como as duas nações buscaram alternativas de adaptação, em novos tempos, sem o tráfico intercontinental de escravos.

Esse oitocentos a partir do *mundo da rua*, como sugere Mattos, conduziu olhar para aqueles indivíduos – homens, mulheres e crianças – que necessitavam de controle. A rua, o espaço da arraia miúda, era um lugar de desenvolvimento de múltiplas facetas, tais como: a opinião pública⁶, da circulação de ideias, da reunião das identidades escravas (as maltas), das libertinagens, das rebeliões e das revoluções (MOREL, 2005, p.2000). A rua, portanto, era por excelência o *lócus* da distinção, das hierarquias e dos vínculos.

Eveline Sousa, em tese de doutoramento, vem discutindo os significados do território nacional para Henrique Beaurepaire Rohan, dentre eles, as iniciativas do governo Imperial para incorporar os sertões. Ao analisar os escritos de intelectuais, homens de letras, militares e profissionais liberais, é possível perceber que muitos deles estavam preocupados com a integração e com o florescimento econômico local. Nesse processo, vale destacar que *é o mundo do governo* a dimensão que mais se destaca, pois Rohan atuava como um agente do Estado Imperial, ainda que essa posição não encerrasse suas ideias e opiniões.

Henrique Beaurepaire Rohan, geógrafo e engenheiro militar, que exerceu o cargo de presidente de província no Pará (1856-1857), na Paraíba (1857-1859) e no Paraná (1855), entre outras ocupações no Império, ressaltava que, no caso do Pará, era necessário investir no desenvolvimento de práticas agrícolas, assim como, na educação industrial para meninos e jovens pobres e indígenas, como possibilidade de sair da “condição de miséria”, na qual, segundo ele, essas famílias viviam. O que ainda contribuiria para o enriquecimento da província (PARÁ, 1857, p.16).

⁶ Ao apontar a noção de opinião pública sigo as precauções de Marco Morel em compreendê-la “como recurso para legitimação de práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral.”

Essa percepção de Rohan, compartilhada por outros dirigentes do Império, carrega muitos significados. Possui uma dimensão moral, de controle social, principalmente de homens livres pobres, por meio do trabalho, e reforça a ideia da prosperidade oriunda da agricultura, entre outros aspectos. Mas, para os limites desta comunicação, gostaria de destacar a ideia do trabalho e da agricultura como formas de integração dos espaços e das populações.

Para Henrique Beaurepaire Rohan, essa articulação entre as regiões viria acompanhadas de outras ações de mapeamento do espaço físico. Assim, levantamentos topográficos, elaboração de mapas, identificação dos rios e dos recursos minerais, indicação das atividades econômicas que eram praticadas e seu funcionamento, identificação dos grupos indígenas, estatísticas da população, eram algumas das informações que o engenheiro considerava importante sobre o lugar, para elaborar uma descrição completa do Brasil. Nesse sentido, ele propôs a construção de uma Corografia sobre o Brasil, com a descrição física, política e histórica das províncias, o que contemplava desde informações sobre a agricultura (grande e pequena lavoura, criações), até literatura e ciências (ROHAN, 2010).

Tal iniciativa pode ser compreendida como uma forma de expansão para dentro, uma “expansão em direção aos brasileiros”, na qual Beaurepaire Rohan buscava incorporar espaços pouco explorados do território nacional, seus limites e suas populações. O desafio para os dirigentes do Império, sobretudo engenheiros, naturalistas, militares, era como integrar o Império. Como incorporar, principalmente, os sertões ao projeto de nação que estava sendo gestado no Rio de Janeiro. Nesse sentido, as ações de mapeamento, levantamentos geográficos e esquadrinhamento, eram importantes para pensar que o sertão não era apenas o “não lugar”.

Considerar os relatos e as trajetórias dos sujeitos que percorreram o território nacional, pode sugerir alguns caminhos para analisar os diferentes brasis, entre eles a Amazônia e suas especificadas. Observando que havia muitos projetos de integração que visavam minimizar as distâncias e o suposto isolamento do sertão em relação ao Império.

A relação de Isabel Augusto com o século XIX é de extremos: de estudos que percebem o seu início, ainda sob a condição de colônia portuguesa, e seu final, quando se instala o regime republicano no Brasil. Em ambos os casos, as análises se estendem sobre o período monárquico e seus mundos, como descritos por Ilmar Mattos.

Na dissertação *Entre o ter e o querer: domicílios e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830)*, Isabel Augusto investigou o mundo da casa. Nesse trabalho, analisou a composição humana e material dos domicílios do termo da cidade de Belém. Profundamente, influenciada por estudos sobre a família no período colonial e o cotidiano de trabalho para a manutenção de propriedade, da sobrevivência e possível enriquecimento dos indivíduos, este estudo foi um primeiro esforço para a historiografia paraense neste campo (AUGUSTO, 2007).

Dessa pesquisa foi possível conhecer uma Belém com diversidade significativa de composições de grupos domésticos, que poderiam incluir familiares, agregados, funcionários assoldados e escravos. Quanto maior o número e mais diversos fossem os tipos de indivíduos que coabitavam e dividiam a rotina de trabalho dentro dos domicílios, maiores eram as chances de crescimento e manutenção material, atestadas pelos agentes da coroa como propriedades ou sujeitos “de possibilidades”.

Além da diversidade na composição de indivíduos coabitando, ao analisar inventários de pequenos proprietários de terra e escravos, foi possível identificar a escassez material no cotidiano desses espaços, um universo ainda rural de relações de convívio e produção, e uma extrema dependência das boas relações entre sujeitos, fosse dentro do domicílio ou com vizinhos, compadres e credores, para que todo o arranjo material não ruísse.

Atualmente, em seu trabalho de doutoramento, Isabel Augusto mudou radicalmente sua perspectiva de objeto, temporalidade e área de pesquisa, partindo para um outro século XIX: o do *fin de siècle*, o da República e da *Belle Époque*, de uma Belém muito urbana, em expansão e pleno processo de reorganização. Essa Belém moderna e vibrante, paradigma de cidade que até hoje a memória coletiva deseja retomar, ou retornar.

Nessa Belém, uma ilha em particular (a ilha de Caratateua) teve um destino particular: ser a sede da hospedaria de imigrantes do estado. Planejada para receber um volume sonhado de mais de cem mil imigrantes europeus, esta hospedaria teve um tempo útil de apenas cinco anos, sendo a instituição fechada e o projeto esquecido, a ponto de não ser notícia nem vestígio na memória e nas saudades daquela Belém. É no *mundo do governo*, de projetos e obras públicas, da promessa de uma eficiência republicana que seria diferente das gestões provinciais durante o Império que a pesquisa de Isabel Augusto atualmente se insere, e conseqüentemente no estudo da manutenção de relações de poder, propriedade e práticas da “velha política”.

Portanto, nesse texto emergiram horizontes e perspectivas sobre o oitocentos constituídos pela potencialidade da diferença de sujeitos, espaços e formas de interpretação. Pesquisas de *um império e três mundos*, com diálogos com a produção escravista, intelec-

tual, sobre a construção do território nacional, das relações da cidade e das constituições familiares.

Referências Bibliográficas

AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830). Dissertação de mestrado. Campinas, SP: IFCH, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema: formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. São Paulo, Almanack braziliense, Nº 1, maio de 2005.

_____. Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado imperial brasileiro. In: CARBO, Eulalia Ribera; VARGAS, Héctor Mendoza; MARTÍN, Pere Sunyer. La integración del territorio em una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946. UNAM. Instituto de Investigaciones Dr. José María Mora: México, 2007.

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos. São Paulo: Hucitec, 2005.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PARÁ. Fala do Presidente de província Henrique Beaurepaire Rohan em 27 de outubro 1857. Typ. de Santos & filhos, 1857.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Estudos acerca da organização da carta geographica e da história physica e politica do Brazil. In: SALGADO GUIMARÃES. Manoel Luiz. Livro de Fontes de Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SOUSA, Eveline Almeida de. Os Ideais de civilização na Amazônia Imperial: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará/PPHIST: Belém, 2011.

SOUSA, Gustavo Pinto de. Africanos livres. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

_____. No Tribunal das Contendas: uma análise comparativa do Direito das Gentes no Brasil e em Portugal 1839-1850. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://minerva.ufrj.br/F?RN=622764276>

SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA). Projeto pedagógico do curso de licenciatura em história. Santarém, 2017.

**O CLÉRIGO, O “ADVOGADO”, O JORNALISTA:
AS PRIMEIRAS CONSTRUÇÕES DAS MEMÓRIAS DE BATISTA CAMPOS**

João Nei Eduardo da Silva¹

As primeiras construções das memórias de Batista Campos estiveram relacionadas às suas atuações no meio político paraense da década de 20 do século XIX, especificamente ao processo de independência política brasileira de Portugal. Desde aquele momento, essas memórias se mostraram bem complexas, devido à contraditoriedade de suas construções, ligadas ao entendimento que se foram percebendo no contexto das atuações políticas do cônego. Nesse sentido, procuraremos demonstrar, neste texto, diversos vieses apresentados por tais memórias imediatas, apoiando-nos em algumas fontes, e bibliografia consultada.

Iniciaremos essa discussão apresentando o bispo D. Romualdo Coelho. Segundo Fernando Arthur de Freitas Neves (NEVES, 2015), o bispo foi defensor de um projeto de Igreja para a província paraense, em que os sacerdotes buscassem efetuar “conciliações” com o poder político provincial, no que dizia respeito às suas intervenções nos assuntos públicos. Isso em função de se relacionarem num ambiente conturbado pelas disputas entre grupos e facções, como era o caso do Grão-Pará dos anos 20-30 do século XIX. Tal projeto do bispo buscava alcançar uma espécie de “civilização espiritual e material” na província, e estava disposto a abafar as tensões vivenciadas em função do estouro das lutas políticas, sobre o qual havia suscitado uma possível “quebra da mola real das sociedades bem constituídas”².

¹ SEMEC/Prefeitura Municipal de Belém, e SEDUC/Pa. E-mail: joaoneied1@yahoo.com.br

² NEVES, 2015, p. 44. Ver ainda REIS, 1941, p. 66, que cita uma corres-

Este projeto do bispo sofreu oposição do cônego Batista Campos, que agia em sentido contrário, pois se colocava como importante liderança dos “nacionais” (brasileiros) da província contra o monopólio de poder dos portugueses e aliados nos assuntos públicos, mesmo após a independência. Já que também gozava na Igreja de grande prestígio e influência, e se utilizava disso para incitar o povo contra os desmandos, e manobrava com habilidade a divulgação de cartas pastorais do bispo, até quando este recusava abertamente partir para o confronto (NEVES, 2015, pp. 20-21, e 43-45).

O que nos permite caracterizá-lo, nessa situação, como um clérigo “insubmisso”, “rebelde”, pelo fato de Batista Campos se indispor frequentemente com o bispo e outros sujeitos que identificava com o domínio português na província paraense. Também se destacou como “advogado”, defendendo aqueles que o procuravam. Para isso, tornou sua casa um escritório de advocacia, que atendia seus clientes³. Mesmo não tendo grande instrução, sua rara loquacidade fazia valer e sobressair o pouco que sabia. Envolvia-se com estudos e discussões de questões políticas, que se agitavam na província paraense, possuindo o dom de transmitir suas opiniões, assim como de, a partir delas, conquistar adeptos (RAIOL, 1970, Vol. 1, p. 101). E nos parece que essa vivacidade e bom domínio da ora-

pondência do bispo D. Romualdo Coelho à Junta Provisória de Governo, de 03/10/1823. Também ver MACHADO, 2006, e 2010.

³ RAIOL, 1970, Vol. 1, p. 101: “O sossego da vida sacerdotal não estava em harmonia com a sua índole: abraçou por isso a profissão de advogado, por lhe parecer que poderia nela encontrar mais amplo teatro para dar expansão ao gênio ardiloso e inquieto de que era dotado. Abriu o seu escritório na mesma casa, em que residia, na rua S. Vicente [depois de seu nome ter sido mudado para Paes de Carvalho, foi novamente alterado para o nome que atualmente ostenta, que é rua Senador Manuel Barata], tornando-se o mesmo em breve um ponto de reunião para os seus amigos, clientes e apreciadores da sua conversação animada e maneiras afáveis”. Em relação aos nomes que teve a rua em que Batista Campos morava e atuava como “advogado”, ver CRUZ, 1992, pp. 37, 41-43; ROCQUE, 1984, Vol. 1.

tória, demonstrados por Batista Campos, era fruto de seu aprendizado na época em que esteve no Seminário para se tornar um padre, no início dos anos 1800.

Lá, dedicou-se mais em desenvolver os exercícios práticos de demonstrações discursivas de seus argumentos, o que supomos poder explicar o quanto o cônego muito se envolveu em polêmicas que requeriam suas intervenções com argumentos diretos e incisivos. O que nos leva supor que seus possíveis dotes comunicativos, refletidos no que demonstrou de domínio de alguns recursos retóricos, possivelmente relacionados à homilética⁴, permitiram-lhe destacadas atuações no meio advocatício. Nesse sentido, a atuação de Batista Campos como “advogado”, na verdade, estava mais para um rábula, um sujeito que atuava como um provisionado, mesmo não possuindo formação acadêmica ou o diploma de advogado, poderia exercer esta função autorizado pelo Poder Judiciário. O que era muito comum no Brasil das primeiras décadas do século XIX. Inclusive, em algumas dessas atuações, defendeu-se de processos judiciais em que foi arrolado, tanto dentro da província, quanto fora dela. E saindo-se bem nelas. Assim como lhe permitiu atuar na imprensa, sendo redator de jornal que circulou na província paraense, causando bastante controvérsia entre seus contemporâneos.

Dando continuidade em nosso percurso analí-

⁴ Sobre a homilética, uma técnica discursiva muito desenvolvida e praticada entre pregadores religiosos, por ser considerada a arte de pregar, ou seja, utilizar os princípios da retórica com a finalidade específica de falar sobre o conteúdo da Bíblia Sagrada cristã, desde o século XVII, ver <http://www.significados.com.br/homiletica/> (acessado em 01/09/2016, 01:16h); <http://solascriptura-tt.org/Ide/Homiletica-JoseFerraz.htm> (acessado em 01/09/2016, 01:23h). Assim como MORAES, 2005, 2008, e 2013. E também ver, numa perspectiva um pouco diversa da que adotamos, por se prender à sermônística (arte de redigir e pregar sermões), DURAN, 2010. Assim como podemos destacar, numa relação entre o uso da Bíblia e o radicalismo religioso em tempos revolucionários, como na Inglaterra do século XVII, HILL, 2003.

tico de como foi se dando a construção de memórias imediatas sobre o cônego Batista Campos, vamos entender por um dos caminhos através dos quais ele se manifestou vivamente, aparecendo na arena política paraense entre seus contemporâneos, que foi a partir de sua atuação na nascente imprensa liberal. Esta ideia, relacionada à atuação política de Batista Campos, foi destacada na historiografia desde o século XIX, a partir dos trabalhos de Antônio Baena (BAENA, 1969) e de Domingos Raiol (RAIOL, 1970, Vol. 1). Nesse sentido, o jornal o qual foi editor e redator também serviu para Batista Campos expressar um pouco do que pensava sobre a sociedade de seu tempo.

No jornal “O Paraense”, Batista Campos foi o jornalista que, utilizou-se dele para se apresentar como um liberal, desafiador das ações prepotentes e “despóticas” de autoridades identificadas com os interesses coloniais portugueses, e divulgava matérias e correspondências favoráveis com a perspectiva de embates contra tais autoridades. Sendo este o caso de suas disputas contra o governador das armas da província paraense, o brigadeiro José Maria de Moura (COELHO, 1993; SOUZA JÚNIOR, 1997; SOUZA JÚNIOR, 2013, pp. 11-43).

O cônego assumiu a redação do periódico após a prisão e envio para Lisboa do redator-proprietário Felipe Patroni, em junho de 1822, acusado de ter proferido um discurso ofensivo ao rei português D. João VI, quando se encontrava em Lisboa na condição de encarregado de comissão da Junta Provisória que governava o Grão-Pará junto às Cortes de Lisboa⁵. À frente do jor-

⁵ Suplemento ao nº 71 “Do Português Constitucional”. Lisboa, 29 de março de 1821, p. 311. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Fonte fotocopiada, gentilmente cedida pelo prof^o dr^o José Alves de Souza Júnior, do PPHIST/UFPa; e Ofício de 6 de fevereiro de 1821, da Junta Provisória aos comandantes das Fortalezas de Registros, contido no dito suplemento. Apud. SOUZA JÚNIOR, 1997, pp. 169 e 200, nota.

nal, Batista Campos passou a ter constantes desavenças, especialmente com quem considerou o principal representante do absolutismo na província paraense, o governador das armas, brigadeiro José Maria de Moura. Este, dentre outras coisas, motivado pela perspectiva de colocar sob seu comando as tropas responsáveis pelo policiamento da capital da província, o que pela nova realidade do sistema liberal que se adotava era da competência do governo civil representado pela Junta Provisória, causou muitos embaraços ao governo liberal recém-implantado, sendo prontamente denunciado pelo redator do jornal, que se colocava como defensor das liberdades advindas com o liberalismo⁶.

O jornalista Batista Campos franqueou as páginas de “O Paraense” para a publicação, dentre outras coisas, de correspondências de militares que se sentiram prejudicados pelas ações do governador das armas. Numa delas, o capitão do 2^o Regimento de 1^a Linha, Joaquim Antônio de Macedo, arguia publicamente o seu superior sobre a procedência e a legalidade de uma ordem de serviço por ele emitida para que o oficial retornasse à corporação do Rio Negro, uma capitania subordinada à Província do Grão-Pará. Entendendo esse ato como um castigo que lhe fora imposto, viu-se “obrigado a manifestar que nenhuma ação criminosa tem cometido, nem como militar, nem como cidadão”. Considerou a ordem do governador das armas injusta e im procedente, já que não partira das Cortes e da competência legal do Congresso para proceder às transferências “para fora do Continente”. Ao “honrado público” comunicava o oficial que solicitaria ao governo militar as razões de seu ato e, qualquer que fosse o resultado deste quesito, faria público “por meio da imprensa antes de sua partida, a fim de que o seu

⁶ Ver BAENA, 1969 [1^a Edição: 1838]; RAIOL, 1970, Vol. 1; MUNIZ, 1973 [1^a edição: 1922]; BARATA, 1974; SALLES, 1988, e 1992; COELHO, 1993; SOUZA JÚNIOR, 1997, e 2013, pp. 11-43.

crédito não padeça no sacrossanto tribunal da pública opinião”⁷.

Num Suplemento do jornal, o capitão Joaquim Antônio de Macedo tornou a denunciar o autoritarismo de José Maria de Moura, inclusive na instauração de um Conselho de Guerra para puni-lo por haver recorrido à imprensa para divulgar matéria que, aos olhos do Governador das Armas, seria um flagrante desrespeito à disciplina e à legislação militar. No seu documento, o oficial apelava para a “opinião pública rainha do mundo”, igualmente para “o teu supremo tribunal”, conclamando que “decida o honrado público deste despotismo”, para lembrar que antes mesmo da sua causa chegar às Cortes, haveria de “continuar a comunicar-te [opinião pública] todos os passos comigo se forem praticando”. Concluía louvando os “pais da pátria, pelo saudável recurso, que nos haveis concedido da liberdade da imprensa; e mil agradecimentos aos beneméritos liberais, que a instituíram neste país, antiga sede do despotismo”⁸.

Ao garantir a publicação em “O Paraense” de matérias que questionavam a ordem política e militar estabelecida no Grão-Pará, o jornalista Batista Campos materializava o princípio que era considerado como um dos principais pilares do pensamento liberal: a liberdade de expressão. Além de ir de encontro aos

⁷ *O Paraense*, nº 6. Sábado, 07/06/1822. Apud. COELHO, 1993, pp. 159-160 (Sendo que nessa passagem da obra, não aparece mencionado o dia da semana de modo preciso, apenas no exemplar fotocopiado que me foi colocado à disposição).

⁸ *O Paraense*, nº 7. Quarta-Feira, 10/06/1822. Apud. COELHO, 1993, pp. 160-161 (Sendo que nessa passagem da obra, não aparece mencionado o dia da semana de modo preciso, apenas no exemplar fotocopiado que me foi colocado à disposição). Agradeço ao prof^o José Alves de Souza Júnior, por gentilmente ceder-me os exemplares fotocopiados de “O Paraense”, oriundos de suas pesquisas sobre o período da independência no Pará, as quais resultaram em sua dissertação de mestrado defendida em Campinas, SP, e as do prof^o Geraldo Mártires Coelho junto aos arquivos portugueses, a partir das quais defendeu sua tese de doutorado em Lisboa, Portugal, depois publicada em Belém.

fundamentos do absolutismo, tal princípio permitia expor as arbitrariedades e o autoritarismo do governador das armas, assim como tornava o jornal um forte instrumento de oposição. Vale ressaltar que a invasão pelo governador das armas da área de competência do governo civil, no que dizia respeito à criação do corpo de polícia, aproximou o jornal “O Paraense” da Junta de Governo Civil na sua disputa com o brigadeiro Moura.

O cônego Batista Campos, depois de ter sido vítima de prisões, de tentativas de assassinato, de espancamento e mesmo de destruição das máquinas tipográficas do jornal de que era redator, sendo que alguns desses fatos tornou público ao relatá-los em “O Paraense”, refugiou-se para lugares afastados da capital da província, quando da ocorrência do golpe⁹. Na perspectiva de Batista Campos, a situação política da província iria melhorar depois da chegada do representante de D. Pedro I, o capitão-tenente John Pascoe Grenfell, que embora tenha aplicado um blefe¹⁰ sobre as autoridades do Grão-Pará, para que aderissem à independência brasileira de Portugal, conseguindo esse intento em 11 de agosto, e depois oficializada em ato solene em 15 de agosto de 1823.

Em Geraldo Mártires Coelho (COELHO, 1993) e José Alves de Souza Júnior (SOUZA JÚNIOR, 1997; SOUZA JÚNIOR, 2013, pp. 11-43), temos um atualizado detalhamento dos fatos à luz de documentação inédita obtida nos arquivos portugueses. Especialmente do

⁹ SOUZA JÚNIOR, 1997, p. 249; e SOUZA JÚNIOR, 2013, p. 32. O autor destacou que o cônego Batista Campos conseguiu fugir e se refugiar na vila de Barcarena.

¹⁰ SOUZA JÚNIOR, 1997, pp. 251-252; SOUZA JÚNIOR, 2003, p. 34. O autor defendeu que, apesar do blefe aplicado por Grenfell, que foi o “golpe da esquadra”, instruído pelo seu comandante naval Lord Cochrane, o qual já havia aplicado com êxito no Maranhão, a anuência das autoridades paraenses em aceitar aderir à independência proclamada no Centro-Sul deveu-se à constatação de que tal situação era um fato consumado, pois as outras províncias renitentes em aderir já o haviam sido forçadas a fazê-lo.

jornal “O Paraense”, que foi trabalhado pelos autores com exemplares quase que completos de sua tiragem biebdomadária - era posto em circulação nas quartas-feiras e nos sábados da mesma semana. A partir desse jornal, foi possível constatar que seu redator-proprietário, Felipe Patroni, foi um árduo defensor do movimento vintista, o liberalismo ilustrado português que vicejava no início dos anos 20 do século XIX. Queria uma união dos “povos dos dois lados do hemisfério”, ou seja, a união fraternal dos povos dos dois lados do Atlântico, portugueses europeus e americanos. Percebendo que isso não seria possível, tratou de organizar um grupo favorável a uma possível independência de sua terra natal de Portugal, do qual o cônego Batista Campos muito se destacou, sendo que essa construção independentista atribuída aos redatores do jornal partiu do governador das armas José Maria de Moura, nas correspondências que mantinha com os ministros do governo ultramarino de Lisboa. O cônego tornou-se a partir daí a principal figura opositora dos que defendiam o Antigo Regime e o absolutismo no Grão-Pará, advogando através da imprensa cada vez mais radicalmente tal postura, em função do crescente acirramento das tensões nas relações que estabeleceu com o governador das armas e seus apoiadores.

Já o governador das armas José Maria de Moura (RICCI, 2008, pp. 189-208), e o intendente e chefe do Arsenal de Marinha Joaquim Epifânio da Cunha (SALLES, 1992, pp. 56-58), trabalharam no sentido de intensificarem uma memória “rebelde”, “atrabiliária”, “convulsiva”, sobre Batista Campos, em função deste ter se envolvido nos acontecimentos convulsivos da província, fazendo parte do rol dos “anarquistas”, “demagogos” e “dissidentes”, portanto, contrário ao domínio colonial português do Grão-Pará, especialmente quando de sua atuação como editor do jornal “O Para-

ense”. Além de qualificá-lo como “o principal cabeça” dos facciosos que se rebelaram no Grão-Pará do pós-adesão à independência brasileira de Portugal.

Com a oficialização da adesão paraense à independência, o brigadeiro José Maria de Moura foi destituído do cargo de governador das armas, preso e deportado para Portugal. Mas antes escreveu um opúsculo intitulado “Estado Político do Pará”. Nele, de acordo com Magda Maria de Oliveira Ricci (RICCI, 2008, pp. 189-208), descreveu minuciosamente as revoltas de outubro de 1823, sendo que, para ele, a origem de tudo estava na extrema insubordinação das tropas, sobretudo nas patentes mais inferiores, que passaram, depois da adesão do Pará à independência brasileira, a hostilizar os europeus. Ainda segundo Moura, no dia 15 de outubro, às 9:45 da noite, tocou um rebate e as tropas se reuniram no largo do Palácio, em Belém. Uma parte dos levantados tentou arrombar o Trem de Guerra, outra foi ao Palácio do Governo. O principal objetivo do levante era a expulsão dos portugueses de Belém e a aclamação do cônego Batista Campos como o novo presidente da Junta Governativa. Batista Campos já era membro desta junta, mas os rebeldes queriam que ele governasse com brasileiros e não mais com uma junta mista¹¹.

Depois de muitas turbulências ocorridas na noite de 16 para 17 de outubro, com saques e arrombamentos de casas e lojas de portugueses residentes na capital provincial, e com a intervenção do capitão John Grenfell a pedido o governo, prendendo a muitos dos tumultuosos; em seguida, John Grenfell teria ordenado que fossem retirados cinco soldados, um de cada regimento, e que fossem fuzilados sumariamen-

¹¹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). ACL. CU 013, CX. 161. Doc. 12258. Anexo da Carta de J.A. Celestino sobre o parecer que o governador das armas da província do Pará deu ao conselheiro João Cunha Corte Real, remetida de Belém para Portugal. Apud. RICCI, 2008, p. 204.

te, o que foi feito. Para Magda Ricci, a prisão e a execução sumária dos cinco soldados se constituía, “numa época liberal, em que o constitucionalismo irrompia nas ruas e no parlamento nascente”, como “mais uma afronta absolutista”. O cônego João Batista (Campos), acusado de ser o cabeça da rebelião, também foi preso e conduzido para o largo do Palácio do Governo, onde foi amarrado à boca de um canhão com o estopim aceso e instado a confessar ser o cabeça do movimento. Batista Campos, afirma Magda Ricci, foi salvo da morte por “uma petição pública da própria Junta do Governo do Pará a Grenfell, [sendo] imediatamente remetido ao Rio de Janeiro para julgamento” (RICCI, 2008, p. 205).

Além dos líderes, muitos outros soldados brasileiros, segundo Magda Ricci, “foram conduzidos para a cadeia e, pelo menos 250 deles, assentados nos porões de um brigue brasileiro denominado então de Diligente e depois de Palhaço”. Como os presos no porão do brigue passaram a exigir água e ar, já que estavam espremidos em um espaço exíguo, “foram assassinados por tiro e por asfixia”. Tal episódio ficou conhecido como o “caso do Brigue Palhaço”¹², como a autora destacou, enfatizando ainda que tudo isso “parecia uma contradição”, pois o que se viu foi o “fazer a independência e continuar com governo de estrangeiros e ver ‘patriotas’ serem mortos sem julgamento em um Império que lutava pelo fim do absolutismo e pelo constitucionalismo” (RICCI, 2008, p. 205).

Ainda recorrendo ao opúsculo manuscrito do ex-governador das armas, Magda Ricci afirma que este lembrava, em relação ao “episódio do brigue Palhaço”,

¹² Sobre o assunto, Magda Ricci (RICCI, 2008, p. 205) mencionou em nota que recorreu a João Lúcio Manzzini da Costa (COSTA, 2004), o qual avaliou que o movimento “não foi nem triste como queria (Domingos) Raiol e nem uma tragédia como avaliava (João de) Palma Muniz. Para este autor, tratava-se de um massacre político, o qual matou sobretudo negros africanos e seus descendentes”, que se proclamavam durante esse levante como “Reis do Congo”. Ver também CORRÊA, 2003.

que, no Pará, o ódio aos portugueses tendeu a aumentar, a ponto de se transformar em ódio por todos os homens brancos. Informava Moura à Corte de Lisboa que era dito no Pará que “o fim da conspiração [de 1823] era horroroso, que se queria matar todos os europeus de qualquer nação”. Além disso, Moura ressaltava que vários líderes da conspiração pretendiam roubar “os fundos [destes brancos] evadindo-se os autores para a América inglesa”¹³.

Em Joaquim Epifânio da Cunha, intendente e chefe de divisão do Arsenal de Marinha, um português há pouco tempo radicado no Pará¹⁴, defensor do status quo do Antigo Regime português na Província e que começava a ser questionado pela voga liberal no início dos anos 20 do século XIX, temos a formulação de outro testemunho nada favorável a Batista Campos. Dizendo-se fiel vassalo do rei português, em carta endereçada secretamente ao monarca com “grosseiras expressões”, devido ao tom manifesto de medo e insegurança por sua vida e de seus familiares e patrícios, este sujeito relatou os acontecimentos que tiveram lugar no Grão-Pará, a partir da sua “adesão” que qualificou como “fingida” – à independência política do Brasil. E foi assim, pois “o ódio aos portugueses” era o que realmente manifestavam os que desejavam a independência. Dizia ainda Epifânio da Cunha que os rebeldes iludiam “os bons portugueses” com festas e bailes, mas, na verdade, queriam afastar todos os que chama-

¹³ RICCI, 2008, p. 207. Também sobre esta fonte, ver AHU_ACL_CU_013, CX. 161, D. 12258. Carta de J. A. Celestino sobre o parecer que o governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, deu ao conselheiro João da Cunha Corte Real num ofício de 26 de Maio de 1823, acerca dos acontecimentos políticos verificados na província do Pará. Anexo: 2ª via e memória. Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate). Centro de Memória Digital/Universidade de Brasília [http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html. Acessado em 14/08/2016, 23:46h].

¹⁴ Esta referência ao mencionado sujeito foi destacada em BAENA, 1969, p. 336.

vam “europeus” dos altos cargos militares. Com esse intuito, segundo o relator desses fatos, teriam levantado a tropa querendo que o governo adesista à independência, “que tem sido causa de tantos males”, fizesse os afastamentos, além de “irem arrombando portas a machadadas”, tombando e despedaçando tudo que encontravam, dispersando-se aos magotes “e causando distúrbios e cenas horrorosas”. Tudo aos gritos de “viva o Imperador” e “morram todos os portugueses”¹⁵.

Dizia ainda que coadjuvou o delegado do Lord Cochrane, capitão-tenente Grenfell, a dominar as “hordas e magotes” que convulsionavam a cidade de Belém. Relatou também que o “principal cabeça” dos facciosos “era um cônego chamado João Batista [Campos], membro do atual governo, o qual já foi remetido [preso] para o Rio de Janeiro com mais alguns facciosos”. Cunha também destacou os eventos ocorridos no brigue S. José Diligente (depois conhecido como brigue Palhaço), onde mais de 250 presos estiveram ali confinados, sobrevivendo apenas quatro, e o fuzilamento de cinco dos membros da tropa, além do seu desarmamento e reorganização. Porém, o que mais incomodava o relator desses eventos era o clima de desânimo entre os corpos de cavalaria e de artilharia agora formados, na sua maioria, por portugueses, o que foi justificado pelo fato de estarem “cercados de inimigos, principiado pelo governo”, que ia se engrossando “com o levantamento das principais vilas e pelo aspecto geral de todas as províncias que não querem rei, nem imperador mas sim repúblicas”, e “que tem declarado ódio mortal a todos os portugueses”, assim como todos aqueles que se encontravam desgarrados, eram assassinados “cruelmente”¹⁶.

¹⁵ Carta de Joaquim Epifânio da Cunha ao Rei de Portugal. Pará, 20 de janeiro de 1824. Apud. SALLES, 1992, pp. 56-57.

¹⁶ SALLES, 1992, pp. 57-58. Sobre os eventos lúgubres ocorridos no brigue Palhaço, ver RAIOL, 1970, Vol. 1, pp. 50-51, onde o autor se serviu do escrito

Como visto nas fontes e bibliografia acima referidas, o lugar de Batista Campos no campo da luta política ocorrida no Pará no início dos anos de 1820 tornava-se cada vez mais claro, na medida em que ele e o seu grupo foram fortalecendo a ideia de que a prevalência de seus interesses passava necessariamente pela conquista do poder político no Pará e que isto só seria possível com a separação de Portugal. As posições políticas assumidas pelo cônego exerceram grande influência no processo de construção de suas memórias por seus adeptos e opositores. Este processo passava pelo enviesamento e complexidade dessa construção, devido ao entrecruzamento das percepções do sujeito - ou de suas memórias imediatas - entre seus contemporâneos, como sendo um clérigo, um “advogado”, um “insubmisso”, “rebelde”, um jornalista, um liberal, um defensor dos “nacionais” (brasileiros) da província paraense, um “anarquista, demagogo, dissidente” da ordem colonial portuguesa na província, o “principal cabeça dos facciosos”.

de José Joaquim Machado de Oliveira intitulado “Juízo crítico sobre a Corografia Paraense por Inácio Accioli Cerqueira e Silva, e Ensaio Corográfico do Pará por Antônio Ladislau Monteiro Baena”, interposto por deliberação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), impresso no Rio de Janeiro, em 1843, na Tipografia Imperial de F. de P. Brito, e RAIOL, 1970, Vol. 1, pp. 181-185, Nota Final III, referente a um Ofício da Junta Provisória ao Ministro do Império, de 23/10/1823; RICCI, 16/09/2009 [http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/dias-tragicos]. Acessado em 15/11/2015, 05:12h; RICCI, 2008, pp. 189-208; MOREIRA, 2012, pp. 251-258.

Referências Bibliográficas

- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das Eras da Província do Pará. 2ª edição. Belém: UFPa, 1969 [1ª Edição: 1838].
- BARATA, Mário. Poder e Independência no Grão-Pará (1820-1823). Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1974.
- COELHO, Geraldo Mártires. Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993.
- CORRÊA, Antônio Eutalio. A fragata Leopoldina e a missão Grenfell no Pará. Belém: UNAMAZ, 2003.
- COSTA, João Lúcio Manzzini da. Rei Congo. Belém: Zeus Impresso; Ed. do Autor, 2004.
- CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém. 2ª edição. Belém: CEJUP, 1992, pp.37, 41-43.
- DURAN, Maria Renata da Cruz. Ecos do púlpito: oratória sagrada no tempo de D. João VI. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- HILL, Christopher. A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MACHADO, André Roberto de Arruda. A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-25). Tese de Doutorado. São Paulo: PPGHS/FFLCH/USP, 2006.
- _____. Quebra da mola real das sociedades. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- MORAES, Jilton C. Homilética: da pesquisa ao púlpito. São Paulo: Editora Vida, 2005
- _____. Homilética: do púlpito ao ouvinte. São Paulo: Editora Vida, 2008.
- _____. Homilética: do ouvinte à prática. São Paulo: Editora Vida, 2013
- MOREIRA, Flávio. Pródromos da Cabanagem. Belém: Paka-Tatu, 2012.
- MUNIZ, João de Palma. “Adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil”. In: Adesão do Pará à Independência do Brasil e Outros Estudos. 2ª edição. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973 [1ª edição: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1922].

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará, desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª edição. Belém: UFPa, 1970, Vol. 1.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *D. Romualdo de Souza Coelho: esboço biográfico*. Belém: Revista Novidades, 1941.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. “Entre portos, comércio e trocas culturais: os portugueses e as lutas sociais na Amazônia – 1808-1835”. In: MATOS, Maria Izilda; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Orgs.). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008, pp. 189-208.

_____ “Dias trágicos. Massacre no Grão-Pará fez mais de 250 mortos entre os defensores da Independência”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 16/09/2009 [<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/dias-tragicos>]. Acesso em 15/11/2015, 05:12h.

ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopeia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984, Vol. 1.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª edição. Brasília: Ministério da Cultura/Belém: Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988.

_____. *Memorial da Cabanagem*. Belém: CEJUP, 1992.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: Departamento de História/IFCH/UNICAMP, 1997.

_____ “Semeando vento, colhendo tempestade: o processo de Adesão do Pará à Independência”. In: SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; e RICCI, Magda Maria de Oliveira (Orgs.) *Os Oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura*. Belém: Editora Açai, 2013, pp. 11-43.

**PROPRIETÁRIO POR JUSTO TÍTULO:
CONFLITOS E TENSÕES JURÍDICO-BUCROCRÁTICAS NA IMPLANTAÇÃO
DA LEI DE TERRAS NO PARÁ (1854-1860)**

Eliana Ramos Ferreira¹

O presidente da província do Pará, Frias e Vasconcelos, em sua *Falla* dirigida a Assembleia Provincial, em outubro de 1859, informava um total de 19.000 declarações de terras, distribuídas pelas 57 freguesias. Em cinco anos – 1854 a 1859 - havia sido registrado um número importante, a despeito do discurso de dificuldades de diversas ordens.

No relatório do Ministério da Agricultura de 1860, no anexo da Repartição Geral das Terras Públicas, o diretor conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello reiterou o problema do não envio dos registros paroquiais de terras por parte dos vigários. Mas, enfatizava que no Pará *as posses registradas elevão-se ao numero de 19.320 nos três prazos* (BRASIL. Ministério da Agricultura, 1861). Isso em 66 freguesias, dado que revela o crescimento da ação dos vigários, pois em relatório ministerial de 1858, a Repartição Especial das Terras Públicas do Pará havia recebido somente os Livros de Registros Paroquiais de 54 freguesias e faltavam ainda sete, das quais os vigários foram *instigados* a enviarem os referidos Livros. Apenas cinco províncias prestaram informações deste quesito à Repartição Geral das Terras Públicas e a do Pará, entretanto, constava ser a Província possuidora do maior número de posses registradas. Palma Muniz, noticia a existência de 22.611 declarações de posse produzidas durante a execução do Decreto nº 1.318, de 1854. (MUNIZ, 1907, p. VI-VII)

¹ PROFHISTÓRIA/UFPA/CAMPUS ANANINDEUA. lia64star@gmail.com

No presente trabalho, argumenta-se que foi desencadeado um processo histórico com a Lei de Terras de 1850 e o Decreto de 1854 com impacto em nível das pequenas localidades, dos municípios e invólucro de diferentes agentes sociais (pequenos posseiros, grupos familiares e grandes posseiros) buscando regularizar as situações de terras que passariam para o controle particular.

Desta forma, consagrar que a lei foi um “fracasso” absoluto, sem atingir os objetivos, é desconsiderar a dinâmica da história, afirmando que no “fracasso”, nada se cria de novo. Contrariamente esta lei possibilitou a visualização de conflitos e diversas realidades históricas e agrárias no Império Brasileiro.

Para alguns, a Lei de Terras representou uma oportunidade de assegurar as suas porções de terras mediante o registro paroquial. Entretanto, a implementação da lei motivou situações novas, com a obrigatoriedade da declaração das terras, revelou a pertinência de tentativa de normatização de uma prática social de acesso à terra, via a posse. Entre 1822, data término do sistema sesmarial, até 1850, o império ficou sem um *corpus lex* que normatizasse a problemática da terra. O corpus utilizado era o Código Filipino, o qual, mesmo com a lei de terras de 1850, continuou sendo acessado nas disputas e pendências jurídicas envolvendo terras.

Dado revelador de outro aspecto do impacto da lei nos sujeitos que possuíam algum interesse e/ou vínculo com a questão fundiária é a desconfiança em relação à referida Lei de Terras, pois para alguns, havia o perigo de perderem as terras. Esse entendimento mereceu registro nas páginas de relatório ministerial, que apesar da tentativa de minimizar a importância, não deixou de mencionar como um dos fatores contributivos para a *morosidade* dos trabalhos de registros das

terras possuídas. Em relatório de 1855, o ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, no item Registro das Terras Possuídas, salientou que:

O registro das terras possuídas tem marchado com pouca actividade; porem só raramente, em uma ou outra localidade insignificante, tem apparecido reluctancia no cumprimento d'este dever, por entenderem erradamente alguns indivíduos nimiamente ignorantes, que podem perder as suas terras levando-as ao registro. (BRASIL. Ministério do Império. 1855)

A inquietação a ter resposta é: se era tão ínfimo o número de indivíduos, depreciativamente chamados de “indivíduos nimiamente ignorantes”, que achavam que podiam perder as suas terras, por que esse fato mereceu atenção especial no relatório ministerial? E isso logo no ano seguinte ao Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854, ou seja, há um estranhamento por parte dos possuidores de terras em relação à nova Lei. As informações, mesmo precariamente, chegavam e inquietavam mesmo no ápice do desenvolvimento dos trabalhos da Repartição das Terras Públicas.

Uma dessas localidades, em que as pessoas manifestaram seu estranhamento e desconfiança em relação à Lei foi a Vila de Cintra, na província do Pará. Em requerimento² do ano de 1857, dirigido ao presidente da província, a senhora

Maria dos Prazeres, viúva de Germano Garcia, moradora no Rhio Caripi Districto da V^a de Cintra, tendo sido multada por não apresentar dentro do primeiro prazo a declaração das Terras em q habita, a Suppe não apresentou a sua declaração p^o não saber como havia formular a d^a declaração p^o q' suponha que devia apresentar o Titulo das terras e como Ella não tem, nem sabe como as terras

² O requerimento é assinado a rogo por Custódio Carlos da Silva, talvez ele tenha construído a argumentação de d. Maria dos Prazeres, mas por opção de escrita, imputamos a ela por ser a interessada direta..

foram concedidas a seos Avós, só sabe q' a mais de cinquenta ou sesenta annos, que seos Avós e Pais ali moravão, e agora a Sup^a p^o isso vem rogar a V^a Ex^a Se Digne Dispensa-la da multa, que não so pe ignorância em que vivia, como pela como pela sua pobreza p q' pouco chega p^a a sua sustentação e vestuário a que seos filhos trabalham do q' Arrogo de Maria dos Prazeres. Custódio Carlos da Silva. (APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Caixa 484. 1857)

D. Maria requereu o perdão da multa a ela imputada, por não ter feito o registro de suas terras no primeiro prazo estipulado pelo governo, argumentando que não sabia – por desconhecimento mesmo – como fazer a declaração das terras em que morava. A Lei e suas disposições eram uma nova realidade jurídica para a maioria, e o medo ante a possibilidade de perder a terra se fazia presente, contrariando a afirmação do ministro Coutto Ferraz.

No referido requerimento, D. Maria expressa que além de não saber formular a declaração, acreditava que teria de apresentar o título das terras e “como Ella não tem, nem sabe como as terras foram concedidas a seos Avós, só sabe q' a mais de cinquenta ou sesenta annos, que seos Avós e Pais ali moravão”, optou por não registrar suas terras no Livro Paroquial do vigário.

As terras de d. Maria dos Prazeres respondiam pela situação jurídica de posse, e que, portanto, não tinha o título pertinente e se utilizou da circunstância de que ignorava como tinha sido a concessão, ou seja, não sabia como seus pais e avós por lá se fixaram, como adquiriram a terra – se por posse, compra, doação ou sesmaria. O fato de se reconhecer ignorante no trâmite de registrar as terras possuídas pode ter sido uma estratégia de d. Maria para burlar a obrigatoriedade do registro. Mas precisamente, ela invocava um direito

costumeiro ao afirmar que se não sabia a forma de concessão, d. Maria sabia que seus pais e avós moravam há mais de 50 ou 60 anos. A outra possibilidade seria ela ter feito o registro nos prazos posteriores, já que solicitou o perdão da multa. Os argumentos utilizados no requerimento por D. Maria dos Prazeres acerca do pedido de perdão desnudou uma rede de interpretações sobre a validade da Lei de 1850.

Mas a tensão em relação a esse pedido de perdão teve desdobramentos que, por meio de uma fresta, nos revelam um ângulo das tensões e dos conflitos experienciados pelos sujeitos no complexo processo de instituição da Lei de 1850 e as dificuldades gestadas no percurso. O despacho dado ao requerimento foi de que não havia *lugar*. O pedido de d. Maria dos Prazeres foi encaminhado pela secretaria do governo no dia 17 de junho de 1857 ao vigário da Vila de Cintra, para as devidas informações.

A manifestação do vigário coloca em xeque o alcance da Lei e o entendimento que alguns dos *nimiamente ignorantes* tiveram na Vila de Cintra. O vigário Thomaz d'Aquino Carreira afirmou que a argumentação de ignorância alegada por d. Maria dos Prazeres era falsa, e se ela não fez o registro das terras era por

Não querer ou por fazer pouco caso dos avizos que para isso teve, ou então por dar ouvidos a pessoas malévolas e intrigantes que não tendo meios para me desacreditarem com os meus parochianos, lhes tem dito que a Lei de Terras não é valiosa em parte alguma, e que só eu nesta Freguezia é que lhe quero dar valor e força, mas com o fim de comer o dinheiro dos pobres moradores desta Freguezia. Destas zisanias espalhadas aos moradores d'esta Freguezia V. Ex^a deve estar lembrado que no anno passado eu participei a V. Ex^a. [...] (APEP. Fundo: Secretaria da Presidência. Série: Requerimentos. Caixa 484, 1857).

O discurso do vigário expunha várias situações constrangedoras que partiam de ocorrências negativas aos “pobres moradores” como falcatruas, calhordices e enganos, dos que davam “ouvidos a pessoas malévolas e intrigantes”, que os atingia duramente. Diante de tais experiências, o conhecimento da lei seguia percursos não imaginados e atingia um ritmo inesperado. Assim, não querer ou fazer pouco caso dos avisos, constituiu um posicionamento político, quem sabe até mesmo movido pela desconfiança, só que também havia as posições de um agente imperial. Por outro lado, percebe-se uma circularidade das informações produzidas e como foram interpretadas, contribuindo para uma criticidade dos sujeitos contemplados na nova Lei.

A desconfiança que grassou em torno da lei era reforçada pela coerção institucional ditada pelas autoridades do império. As adjetivações expressadas pelo vigário – pessoas “malévolas e intrigantes” – revelam a marginalização daquelas pessoas vistas como discordantes do registro de terras. Para o Estado imperial, elas representavam um perigo à Lei. E esta, para os discordantes, também era entendida como perigosa, uma ameaça à conservação de suas posses, de suas terras.

Olhando ainda pela fresta do documento, infere-se que o referido vigário, um ano antes, havia notificado ao presidente acerca das atitudes e gestos de incredulidade de alguns moradores da Vila de Cintra acerca da Lei. Segundo esta autoridade religiosa e política, para os moradores, a “Lei de Terras não é valiosa em parte alguma”. No exemplo de d. Maria dos Prazeres, seguiu as opiniões de pessoas “malévolas e intrigantes” que partilhavam dessa opinião.

Destaca-se uma circularidade política dos conflitos e as teias tecidas pelos sujeitos diretamente envolvidos no processo de identificação das situações fundiárias no Brasil. A resposta do vigário espelha uma

rede de relações políticas cotidianas, que levaram algumas pessoas a tomarem a decisão de não registrarem as suas posses, contrariando frontalmente a perspectiva do governo imperial. Contudo, a multa prevista representava uma arma coercitiva à disposição do governo, pois quer se trate de uma sociedade simples ou uma complexa, a lei pode ser definida como autoridade escudada na força de sanções negativas (SHIRLEY, 1977, p. 55-68).

Os “pequenos e nemiamente ignorantes” fizeram uma leitura possível da lei de acordo com o seu lugar social. Assim, não fazer o registro das terras possuídas, recorrer ao presidente da província pedindo o perdão da multa, informar ao presidente de que havia pessoas se recusando ou simplesmente ignorando os avisos e a normatização do Estado, são pontos da rede de conflitos gestados no cerne da implantação da Lei de Terras na província do Pará.

A historiografia geralmente entende que um dos pontos mais obscuros no processo de registros das terras era (e ainda é) a forma de aquisição, já que o declarante não era obrigado a informar de que maneira adquiriu a terra declarada. Essa brecha da lei permitia aos fazendeiros e lavradores que registrassem as suas terras não se comprometerem em revelar no ato da declaração a forma de aquisição (MOTTA, 1998, p. 168-169). Mas, devido à desconfiança em torno da Lei de 1850, em alguns municípios do Pará encontramos situações diferentes.

As pessoas que se dirigiram ao pároco da freguesia de São Miguel do Guamá, para registrar as suas posses, informavam alguns dos dados solicitados. A obrigatoriedade de registrar a parcela de terra não vinha acompanhada da necessidade da comprovação documental ou testemunhal em relação à área efetivamente ocupada. Entretanto, como o “declarante não

era obrigado a informar de que maneira adquiriu a terra [...] é bastante comum a ausência desta informação nos registros paroquiais” (MOTTA, 1998, p. 168-169) em Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro. Porém, para os fregueses de São Miguel, demonstrar documentalmente a forma de acesso à terra (por compra, doação, posse ou sesmaria) era fundamental para confrontar uma cultura jurídica com o Estado e a sua nova lei agrária. Assim, ao longo de sua narrativa enfatizavam possuir documentos longevos que comprovavam a forma de acesso à terra declarada, objetivando esclarecer e reafirmar o seu direito sobre ela. Ao fazer o registro de suas terras, em setembro de 1854,

Engracia Maria moradora no Igarapé Curiu no Rio Guamá Freguezia de Sam Miguel, em cumprimento ao Edital afixado pelo Reverendissimo Vigário da mesma, declara que possui no dito Rio um quarto de terras principiando dos marcos do Capitão Ignacio Feliz Guerreiro, rio acima lado esquerdo ate onde finalizar o dito quarto, cujas terras forão compradas por seu fallecido marido Marcos Joze de Campos a Dona Antonia Maria das Mercez em seis de Junho de mil oitocentos quarenta e dois como mostra pelas Escripturas publicas, que existem em seu poder, e cujas terras tem por nome = Curiu = [...] Sam Miguel do Guamá desesete de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro. Joaquim de Jezus e Castro (PARÁ, Governo do Estado do. Instituto de Terras do Pará).

Para alguns declarantes seria fundamental, primeiro, cumprir a nova orientação do Estado imperial de proceder à declaração das terras possuídas. Em São Miguel do Guamá foi conhecido mediante o *Edital afixado pelo Reverendo Vigário*. O Art. 99 do Decreto nº 1.318 explicitava que as instruções seriam dadas nas Missas Conventuais e “publicadas por todos os meios, que parecerem necessários para o conhecimento dos respectivos freguezes”. (DECRETO-LEI, 1854) O Edital

era um desses meios e foi afixado pelo respectivo Vigário da Freguesia de São Miguel do Guamá, e se infere que o vigário afixou-o em lugar visível na própria igreja. Segundo, a desconfiança em relação à nova lei fundiária levava a que muitos fizessem a leitura da nova orientação jurídica do governo confrontando-a com uma cultura jurídica (SHIRLEY, 1987, p. 43), onde o importante era demonstrar que havia uma anterioridade documental à Lei de Terras que lhes assegurava a posse da terra, ou seja, era fundamental convencer o governo de que as terras ali declaradas eram de origem legítima e juridicamente confirmada pelos documentos em poder dos declarantes e que isso não poderia ser alterado por uma nova legislação. Por isso, a ênfase das autoridades em informações uniformizadas para efeito de comprovação documental, à semelhança de “como mostra pelas Escripturas públicas, que existem em seu poder”, reafirmadas pelo tempo da existência do documento ser anterior à lei, bem como pelo tempo de permanência na terra. D. Engracia Maria acentuou que o seu falecido marido Marcos Joze de Campos, comprou as terras a D. Antonia Maria das Mercez, em seis de setembro de mil oitocentos e quarenta e dois (1842). Este argumento, com base em documentos, não parece raridade. Em 22 registros coletados, feitos por mulheres, 19 declarações enunciavam a existência de documentos em poder das declarantes. Tempo e documentação eram duas armas poderosas, habilmente utilizadas pelos fregueses de São Miguel do Guamá.

Entretanto, na falta de documentação comprobatória do acesso à terra, o recurso adotado era o da comprovação moral, havendo o confronto entre uma prática jurídica e o aspecto formal da lei de terras e as suas proposições, percebido nos fiambres de códigos e valores morais de um direito costumeiro. O costume, entendido enquanto legítimo e, portanto, com

aceitação jurídica e força de lei, respaldava as pessoas que em situações limites perderam os documentos comprobatórios de acesso à terra e que argumentavam poder provar o seu direito e garantir o domínio por meio do testemunho de outrem. Neste contexto, a testemunha deveria possuir idoneidade moral reconhecida publicamente, já que o seu depoimento tinha a aceitação e validade de prova; pois, na aceitação subjaziam critérios de valores como honestidade e comportamento socialmente esperados, instituídos e submetidos às regras e padrões do meado do século XIX.

Foi assim com d. Custódia Maria, em setembro de 1854, que ao declarar a sua sorte de terras no Sítio denominado Rosário, no Igarapé denominado do Tijuco, afirmou que não poderia comprovar a herança recebida por parte de seu pai, por *não [existir] em seu poder título algum por ter sido consumido dos bixos com o decurso do tempo, pelo que protesta a declarante a tudo o tempo provar com testemunhas ser a supracitada sorte de terras suas [...]*.(PARÁ, Governo do Estado do. Instituto de Terras do Pará)

Fazer a declaração em obediência ao *Editais do Reverendo Vigário* não significava aceitação incontestada do Registro. A desconfiança era subjacente ao ato de registrar; e se não se podia provar a forma de acesso e posse da terra com documentos escritos e juridicamente reconhecidos, utilizava-se práticas costumeiras, mas que não se creditasse aos registros o poder de questionar e/ou de determinar o sagrado direito sobre a terra.

Havia em torno dos Registros Paroquiais de Terra uma rede de tensões e interesses político-administrativos, pois o próprio ato de registrar a terra era imbuído de disposição e ação política efetiva do declarante em fazer ou não o registro.

As dificuldades eram muitas, conforme salientava o ministro da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em relatório do ano de 1860, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, no Rio de Janeiro. Uma das dificuldades enfatizada foi o fato de poucas províncias terem enviado o mapa solicitado pelo respectivo ministério, nos quais as informações deveriam ser “classificadas por comarcas, municípios e freguezias”. Contudo, “poucas forão as províncias d’onde vierão taes mappas, e alguns incompletos” (BRASIL. Ministério do Império. 1861). Outra dificuldade destacada foi a “notavel reluctancia, em que se têm conservado diferentes vigários, não remetendo os livros de registros de suas parochias”.

Das entrelinhas dessas observações, infere-se que a existência de tensões burocrático-administrativas entre as três esferas responsáveis pela condução do processo de separação das terras públicas das privadas: central – Rio de Janeiro, a provincial – Repartição Especial das Terras Públicas e os presidentes das províncias; e a local – atuação dos vigários nas suas freguezias.

A historiografia consagrou que os relatórios se limitavam em registrar o total das terras efetivamente declaradas, se havia ou não terrenos devolutos nos municípios, mas não procuravam descobrir as razões pelas quais os fazendeiros e lavradores se negavam a seguir a determinação legal (MOTTA, 1998). Todavia, em muitos relatórios essa preocupação aparece como um grande empecilho ao avanço dos trabalhos pertinentes à Repartição Geral das Terras Públicas. Por outro lado, o governo pretendia acumular a maior quantidade possível de informações sobre a situação agrária do país – pelo menos no discurso. E, para isso, o Estado imperial precisava produzir os dados e os relatórios ministeriais constituem esse produto, mas, para isto, precisavam que as Repartições Especiais das Terras Pú-

blicas e os governos provinciais alimentassem-no, fornecendo os dados coletados nos diversos municípios do império.

Se durante os dois primeiros anos não se obteve grandes resultados nos primeiros relatórios ministeriais e provinciais, ao final dos anos 50 dos oitocentos, já se estruturava um quadro com alguns dados, mesmo que incipientes, e que escondiam os grandes problemas relacionados à terra na Província do Pará.

No relatório de 1860, aparecem registradas 19.320 posses, em 66 freguesias. Mas, somente 26 posses foram legitimadas, sendo que 11 não foram “reformadas por ordem da presidência, por causa de irregularidades cometidas no processo e os funcionários foram condenados a restituir os emolumentos que nele intervieram” (BRASIL. Ministério do Império. 1860). Partindo desses dados, mesmo que oficiais, seria arriscado afirmar que “Os resultados imediatos da Lei de Terras, no tocante à discriminação das terras estatais e sua venda, foram pouco expressivos” (SMITH, 1990, p.337).

Pareceria apologia de um pretenso sucesso da Lei de Terras, entretanto, é complicado se considerar que o Estado obteve, mesmo que de forma embrionária e até pouco confiável, informações dos possuidores de terra, a sonegação e/ou imprecisão de informações por parte dos fazendeiros, a não delimitação e discriminação das terras públicas e privadas. Nenhuma dessas variáveis é questionada, mas, a partir dos registros, pode-se afirmar que se configurou um painel fundiário do país e o Estado buscou conferir as extensões existentes de terras devolutas no Brasil, mesmo que precariamente. Neste sentido, se os Registros Paroquiais de Terras, não possuíam uma função cadastral, “nem por isso deixavam de ter sensível importância como órgão de informação e de estatística” (LIMA, 1990. p.70).

Ainda no relatório supramencionado, o ministro afirmou que:

Ficara fora de duvida que muito errônea era a opinião, de que se havia formado a principio, de que no Brasil poucas terras devolutas poderiam ser destinadas à colonização, por se acharem occupadas ou invadidas todas as que são mais vantajosamente situadas e offerecem melhores condições para o mencionado fim. (BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro, 1860)

Essa constatação de que “errônea era a opinião, de que se havia formado a principio, de que no Brasil poucas terras devolutas poderiam ser destinadas” para colonização é inquietante, e parece que foi ignorada pela historiografia. Com base nesse expediente, e apesar dos inúmeros obstáculos, a presente pesquisa revelou que dados primários foram coletados pela Repartição das Terras Públicas e com todos os problemas presentes no cerne desses dados, eles permitiram a visualização de que o problema de terras no Brasil era muito mais complexo.

Referências Referências

APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Caixa 484. 1857.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello. Relatório do Anno de 1860 apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão da 11ª Legislatura. Publicado em 1861. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1733/>>.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello. Relatório do Anno de 1860 apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão da 11ª Legislatura. Publicado em 1861. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1945/000001.gif>>.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello. Relatório do Anno de 1860 apresentado a Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão da 11ª Legislatura. Publicado em 1861. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1945/000001.gif>>

BRASIL. Ministério do Império. Ministro João de Almeida Pereira Filho. Relatório do anno de 1860 apresentado a Assembléa Geral Legislativa. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1945/000101.html>>.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do Anno de 1855 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo ministro e secretario d'estado dos negócios do império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1728/>>.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao sul da história. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Decreto Nº 1.318, de 30 de Janeiro de 1854. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=10515>>.

LIMA, Ruy Cirne. Pequena História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 1990.

MOTTA, Márcia Menendes. Nas fronteiras do poder – conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MUNIZ, João de Palma. Índice Geral dos Registros de Terras. Belém: Imprensa Oficial, 1907.

PARÁ, Governo do Estado do. Instituto de Terras do Pará – ITERPA. Divisão de Documentação e Informação. Livro de Registro Paroquial de Terras. Freguesia da Vila São Miguel do Guamá, 189.

POLANYI, Karl. A grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SHIRLEY, Robert W. O fim de uma tradição. Cultura e desenvolvimento no município de Cunha. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 1987.

SMITH, Roberto. Propriedade da terra e transição – estudo da formação da propriedade privada da terra e a transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

THOMPSON, E. P. Senhores e Caçadores – a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ENTRE PROJETOS E “CONVENIÊNCIAS”: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TERRA E PROPRIEDADE NA ESCOLHA DA SEDE DA HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DO PARÁ

Isabel Teresa Creão Augusto¹

No alvorecer da República Brasileira e durante o auge da Belle Époque Amazônica, a administração Lauro Sodré teve como um de seus principais projetos a implementação da imigração estrangeira para a ocupação de núcleos agrícolas no interior do estado. Já na primeira mensagem como governador, em 1891, afirmava: “estão as riquezas encerradas pelo nosso solo desafiando as atividades e reclamando braços, que venham transformá-las em benefício do homem” (PARÁ, 1891, p.12)

Desde esta primeira manifestação, era reforçada a cada ano a ideia de que o estado jazia abandonado e seu território era desprovido de sentido, caso não fosse orientado pela atividade econômica. Assim, era imperativo que o interior fosse ocupado e que a natureza fosse amplamente explorada, o que seria impossível sem a utilização de braços estrangeiros. No discurso de Sodré, agricultura e imigração eram indissociáveis

No parecer unânime dos interessados e dos competentes a primeira necessidade, para produzir o ressurgimento da nossa produção agrícola, é a de braços, que só podem provir de uma corrente de imigração bem e racionalmente dirigida. De tal quilate é este problema, cuja solução impõe-se-nos de modo iniludível, que desafia a atenção e o estudo de quantos possam interessar-se sinceramente pelas causas públicas e pelo futuro do nosso Estado (Pará, 1892, p. 21)

¹ Professora de História Contemporânea da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e doutoranda do Programa de Estudos Pós Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)

Entendo que deveis autorizar a internação de 10.000 imigrantes, armando o governo dos meios necessários para realizá-la, pelos meios mais vantajosos aos cofres públicos, ou adotando medidas completas que deem como resultado seguro a aquisição daquele ou de maior número de braços (Pará, 1892, p.p.22)

A força desta imagem de necessidade e risco parece ter surtido efeito rápido sobre as decisões da assembleia estadual: ainda em 1892 foi aprovada a lei que regulava o projeto de imigração do Pará; em 1894, os termos acordados pelos contratantes do estado, para arregimentação de 15 mil imigrantes estrangeiros até o ano de 1899, determinava entre outras questões o perfil dos imigrantes desejados, o volume de entrada, as condições exigidas ao imigrantes, e de contrato e custeio entre os contratantes e o Estado.

Era grandioso o discurso das pretensões com a introdução desse generoso quantitativo de mão de obra, como também eram os gastos do orçamento do estado através da então Repartição de Obras Públicas, dirigida pelo engenheiro Henrique Américo de Santa Rosa. Dentre as ações para a boa execução desta empreitada, estava a preparação de uma hospedaria de imigrantes, espaço onde as turmas enviadas da Europa por cada contratante seriam recepcionadas, aclimatadas e, em seguida, enviadas aos núcleos coloniais.

O lugar escolhido para abrigar este espaço de funcionalidade e importância tão específicos foi uma propriedade situada na ilha de Caratateua denominada “Outeiro”, às margens do rio Maguari e com vista para a então vila do Pinheiro, hoje distrito de Icoaraci. Os motivos para esta escolha não estão claros: não foi localizado estudo ou outro documento específico que descrevesse a propriedade, apresentasse critérios de seleção ou emitisse parecer favorável à compra. Das informações que encontramos, a notícia sobre a defini-

ção do espaço ocupou poucas linhas do relatório geral da repartição de 1894.

Mais difícil do que a escolha dos locais para núcleos foi a escolha da sede da hospedaria onde seja recebidos os imigrantes que aqui devem chegar. Felizmente, depois de diversos exames em alguns sítios em condições de servirem para o fim pretendido, foi preferido o lugar Outeiro, a margem do furo Maguary, com frente para o rio Guajará, em situação magnífica, com fácil acesso à navegação e terreno completamente seco e bastante elevado. A aquisição do terreno compreendendo uma olaria, serraria, casa de morada, fornos, ranchos, animais de serviços, carros, máquinas, embarcações etc. importou em 50:000\$000. Seria conveniente para evitar complicações tratar-se quanto antes da demarcação judicial das terras, cujos títulos de domínios anteriores a 1854 garantem a sua plena propriedade em conformidade da lei n. 601 de 1850 e Lei Estadual de 18 de setembro de 1892. (Cruz, 1967, p. 307)

Além de desconhecermos os estudos que poderiam ter justificado a escolha de uma propriedade particular em Caratateua como sede da hospedaria, outra coisa salta à vista nesta fala: a sua condição fundiária irregular, sem que a demarcação de terras estivesse registrada e reconhecida pelo próprio estado. Com tão poucos argumentos para a escolha e sem a garantia de aquisição de um terreno regularizado, o que justificava a compra desta propriedade? Qual era a condição legal da ilha de Caratateua, a partir da legislação, dos registros de terras e da divisão administrativa do estado? Como podemos aproveitar este caso para pensar sobre discursos e práticas políticas na República? Estes são aspectos que pretendemos trazer ao debate aqui.

Esta discussão nos é motivada pelos estudos de política, cultura e cidade, pensando em especial o impacto da cultura escrita para o exercício e a memória política. Desde a obra de Angel Rama “A Cidade das Le-

tras”, tem sido importante para a historiografia brasileira e latino-americana compreender que a escrita foi fundamental para a produção não só das cidades, mas de todo o território das colônias luso-espanholas e seus decorrentes países independentes.

Diferente dos núcleos populacionais europeus, a vila (e depois cidade) na América existia primeiramente enquanto projeto, como plano de ocupação e defesa, para posteriormente ser experimentada como realidade. Por isso era necessário, desde o princípio da colonização, contar com um corpo mínimo de sujeitos que, constituindo a elite letrada local, foi responsável pelo controle e execução do projeto colonial, mas também se apropriou da estrutura burocrática e da linguagem.

O poder da cultura escrita e seu impacto definidor sobre o território se consolidou ao longo do século XIX, com a expansão dessas redes de produção e circulação de conhecimento para além da estrutura administrativa local: não só governadores, escrivães ou engenheiros destacados pelas coroas produziam documentos, mas toda uma rede de homens de ciência e de letras, entre viajantes de expedições, jornalistas, memorialistas e intelectuais agremiados em sociedades e institutos como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que assumiu a responsabilidade de explicar a composição da jovem nação brasileira.

Ao final do século XIX, momento no qual esse grande projeto de ocupação e desenvolvimento econômico através da mão de obra estrangeira estava em vias de implementação no Pará, todo o Brasil experimentava um movimento modernizador das cidades e de expansão de ações civilizatórias para o interior, pensados a partir das capitais e amplamente sustentados na popularização dos estudos feitos sobre a natureza e as gentes brasileiras, que eram tácitos ao declarar a impossibilidade de progresso nacional ou regional sem

uma atuação reparadora, e coordenada pelo então recém instituído governo federal e pelos estados.

Entretanto, a circulação desses estudos e as políticas nacionais propagadas no início da República não concederiam aos estados do Norte, e ao Pará em particular, as mesmas oportunidades de progresso e desenvolvimento do restante do país. Esta pelo menos era a reclamação manifesta pelo governo do estado feita em diversos meios, como na obra “O Pará em 1900”

Poucos Estados são menos conhecidos no Brasil do que o que tem a fortuna de possuir o seu principal porto, o de Belém, a poucas milhas da foz o Amazonas.

Nos últimos anos tem ele feito muito esforço para debelar a invencível ignorância dos estrangeiros; por meio de livros, de opúsculos, de mapas, de quadro, de álbuns, de conferências, as suas inteligentes administrações tem procurado fazer propaganda prática e eficaz: o estrangeiro veio assim a conhecer uma parte das riquezas que encerra o Eldorado brasileiro, o misterioso País da Borracha. (Pará, 1900, p I-II)

Segundo a avaliação do estado e da intelectualidade paraense, os estudos e notícias veiculadas sobre o Pará, no Brasil e no estrangeiro, continuavam reforçando as mesmas imagens sobre o território amazônico como tomado por doenças e perigos, improdutivo e dotado de uma barreira intransponível: a floresta. Assim, seria do interesse e responsabilidade do próprio estado rebater essas notícias, desmistificando o imaginário europeu sobre esta parte do Brasil, substituindo a ideia de uma natureza opressora pela da riqueza disponível, acessível e farta. Assim, os três primeiros governadores republicanos investiram na publicação de álbuns; o mapeamento do território para a identificação de riquezas minerais e a exploração teve continuidade; e a

produção de corografias, estudos e manifestos em favor da agricultura amazônica estiveram a pleno vapor.

Tendo em vista toda a reclamação e empenho dispendidos pelos governos paraenses, era esperado que o conhecimento sobre a terra e natureza tivessem atingido níveis de identificação e detalhamento que excedessem ao que já vinha sendo dito e reproduzido pelas expedições científicas europeias. No entanto, o que temos identificado é a limitação da produção local aos estudos estrangeiros, e principalmente ao olhar que o europeu já havia lançado sobre o espaço, sem buscar exceder interesses ou conhecimento.

No que toca a ilha de Caratateua, sua identificação e reconhecimento como parte do território e paisagem dos arredores de Belém, esse problema fica escancarado quando a ilha se torna, ironicamente, invisível. Ao consultar alguns dos relatos das viagens mais conhecidas e divulgadas feitas ao Pará ao longo do século XIX (Spix & Martius, Bates, Wallace, o casal Agassiz e Biard) as ilhas são elementos presentes na paisagem mas descritos de formas generalistas, ou muitas vezes nem demarcados². Elizabeth Agassiz, por exemplo, apenas comenta o passeio feito pelo marido às ilhas próximas a Belém, promovido presidente da província, Couto de Magalhães: “Agassiz voltou esta tarde de sua excursão à barra, mais profundamente impressionado do que nunca da grandeza da entrada do Amazonas e da beleza de suas inúmeras ilhas. É, diz ele, um arquipelago num ‘oceano de água doce’ (p. 156)

Dentre as corografias que encontramos e que foram produzidas antes da instalação da hospedaria, Raymundo Cyriaco da Cunha (1887) mencionou breve-

² Diversos desses viajantes mencionam ter visitado o engenho de arroz de propriedade de Benjamin Upton, ou feito passeios ao longo do furo do Maguari, repleto de ilhas, sem que a denominação das localidades visitadas ou mesmo a especificidade desses espaços como ilhas fosse demarcado.

mente a ilha das Barreiras³ por duas vezes, uma no item “Ilhas”, mas não tendo sido relacionada entre as mais importantes; e outra vez no item “Baías”, como limite da baía de Santo Antônio. Na obra “As regiões amazônicas”, o Barão do Marajó dedica um capítulo a “ilhas e lagos”, atentando-se no entanto a discorrer sobre os potenciais econômicos da ilha do Marajó. Quanto as demais, sua fala resume nossa impressão sobre as limitações de informações e conhecimento do território

Seria de certo um artigo dos mais interessantes aquele que tratasse da enumeração e descrição de todas as ilhas que se encontram nas duas províncias banhadas pelo rio Amazonas e seus afluentes, nem este artigo pode deixar de tomar lugar quando se trata de assuntos corográficos. Infelizmente, porém nem um estudo pode ser por mim utilizado por que um pequeno número de ilhas, entre tantas que elas são, tem sido visitadas ou mesmo percorridas pelos viajantes, e ainda menos pelos geógrafos, com também porque são elas de um número tal, que difícilimo se torna esta tarefa; além disto, sendo o maior número delas, de recente formação, de terrenos alagados, pouco interesse oferecem à especulação. (Abreu, 1895, p. 297)

Nos álbuns de governo as ilhas, incluindo Caratateua, são pontuadas na medida da fala do Barão do Marajó: impressionantes pelo conjunto e irrelevantes na unidade, com a exceção sempre dedicada a ilha do Marajó e em algumas obras à ilha de Mosqueiro, já então em processo de loteamento e urbanização como vila balnear e espaço de sociabilidade para a população da capital. No álbum de 1900, é curiosa a descrição dos arredores da capital: a vila do Pinheiro (Icoaraci) e a ilha de Mosqueiro são apresentadas; a ilha de Caratateua inexistente mas a hospedaria de imigrantes sim: “a dois quilômetros de distância, na margem direita do rio Maguari, está localizada a grande hospedaria de

³ Outra denominação dada a Caratateua.

imigrantes, no lugar denominado Outeiro, com largas e vastas acomodações, construção que no gênero o torna primeiro estabelecimento do norte.” (Pará, 1900, p. 156)

Essa imprecisão, desconhecimento ou silêncio sobre a ilha de Caratatea não estava restrita à produção intelectual e informativa oficial do estado, mas também na esfera legal e administrativa. A delimitação dos distritos da capital era muito vaga, com marcos referenciais confusos, que não descreviam em detalhes o território compreendido dentro de cada distrito, e que dependia do conhecimento local do leitor sobre o espaço abarcado.

Na portaria de 08 de abril de 1842, que dividia a comarca da capital em termos policiais, o distrito a qual Caratatea pertencia tinha dois nomes: Maguari ou Benfica, e estava sob a jurisdição do delegado do distrito da Baía do Sol. (Pará, 1854, p. 8 – 10). Em 1869, a lei n.563 de 10 de outubro criou o distrito de Mosqueiro e definia que

Artigo 2º - Seus limites civis e eclesiásticos são: pelo lado sul o furo do Pinheiro em direção ao igarapé do Fundão, abaixo do igarapé Paricatuba, até a Baía do Sol e pelo norte a margem esquerda do rio Tauá

Artigo 3º - Farão parte desta freguesia as ilhas de Cotijuba, Paquetá, Jutuba, Tatuoca e outras menores adjacentes. (Pará, 1868, p.25 – 26)

Nesta demarcação, a inclusão da ilha de Caratatea ficou presumida por ser exatamente a margem oposta ao furo do Pinheiro, estando no limite sul do distrito, e porque seu raio de circunscrição abrangia ilhas mais distantes na baía do Guajará, as mencionadas Cotijuba, Paquetá, Jutuba e Tatuoca.⁴

⁴ Hoje todas fazem parte do distrito administrativo de Outeiro, cuja sede é a Ilha de Caratatea.

Por fim, é possível perceber que o conhecimento quanto a ocupação e existência de propriedades particulares na ilha também era limitado e confuso. A repartição de suas terras parece ter tido início em 1845, quando o presidente da província expediu um ofício à Mesa da Santa Casa de Misericórdia “autorizando-a a arrematar ou vender várias fazendas de sua propriedade”, sendo elas “a fazenda da ilha Caviana, a fazenda Bom Jesus na ilha do Marajó, com os gados e vaqueiros que tiverem, e a ilha de Caratatuba, perto do Pinheiro”. (Pará, 1855, p. 10).

A partir desta venda e da lei de terras de 1850, diversos registros de posse feitos ainda na primeira década podem ser identificados como sendo localizados na ilha, mesmo que a listagem realizada por Palma Muniz muitas vezes se limite ao nome do proprietário e a denominação do imóvel. Entre os anos de 1854 e 1860, tivemos os registros de posse de Estanislau José Monteiro de Andrade, sendo “uma parte da ilha de Caratateua que pertencia a Santa Casa de Misericórdia”; um terreno no furo da Água Boa de Amaro Viégas; um terreno de Isabel de Nazareth Marinho na baía de Santo Antônio; outro terreno na mesma baía de João Francisco de Oliveira; também na baía de Santo Antônio, o lugar denominado “Oiteiro” de João Ribeiro d’Aredo⁵; e “um terreno na ilha de Caratatuba, ou Caratatheua, margem do furo do Pinheiro ou rio Maguary”, registrada por José do Ó de Almeida. (Muniz, 1907, p. 93 – 97)

Conforme os registros de propriedade vão sendo emitidos, os limites e as cadeias de transmissões das terras de Caratateua vão se confundindo e se tornando objeto de disputa nos jornais e na justiça. Nos periódicos, entre as décadas de 1870 e 1890, é possível acompanhar os processos de demarcação e legitimação de terras de algumas dessas propriedades, através

⁵ Na verdade, João Ribeiro d’Aredo

de despachos de governo que autorizavam, aprovavam ou anulavam as demarcações de terras. O costume de anunciar acordos de compras de terras para evitar fraudes ou vendas duplicadas também acontecia, e ainda assim, é difícil acompanhar a cadeia dominial.

Uma celeuma dessas envolvia exatamente o sítio “São João de Outeiro”, que foi vendido ao governo do Estado para a instalação da hospedaria de imigrantes (Folha do Norte, 1896, f.1). Comprado de Ignacio Gaspar Monteiro Baena, que aparece nos registros de terras como proprietário em termo de 1894, esta era a mesma posse de João Ribeiro d’Arede, dita então apenas “Oiteiro”. Estas terras, no entanto, estiveram em disputa de demarcação de limites com outro proprietário, Francisco de Paula Pacheco, durante toda a década de 1880, a ponto de após a compra, Ignacio Baena publicar uma nota no Jornal “O Democrata”, em 19 de maio de 1893, anunciando a sua compra e rechaçando as reclamações de direito à propriedade por parte do outro envolvido. (O Democrata, 1893, f.2)

Como o relatório do secretário da Repartição de Obras Públicas anteriormente citado aponta, a questão da delimitação judicial das terras ainda não estava resolvida após a compra, e passava a ser necessidade e interesse do estado a resolução dessa questão. Não havia clareza quanto a legitimidade das terras compradas, nem uma demonstração clara de que a localização e a propriedade justificavam aquela escolha como a melhor ou pelo menos como necessária. Apenas um parecer vago, de que uma propriedade em condição irregular, anunciava que havia sido comprada pelo governo do estado pela quantia de cinquenta contos de réis, valor muito acima do mercado.⁶

⁶ No ano de 1891, o sítio “Redemptor” também situado na ilha de Carateua e semelhante em dimensões e benfeitorias foi anunciado em edital por 25:000\$000 de réis (vinte e cinco contos de réis).

Cabe então, recuperar o projeto apresentado no início do texto e refletir sobre o discurso que o sustentava em oposição aos saberes e práticas que permearam a sua execução.

Como já foi bastante trabalhado pela historiografia, ao longo de todo século XIX se constrói um projeto civilizatório no Brasil destinado a recuperar a nação e o Estado de uma condição inferior advinda da raça, da experiência colonial e ausência de indústria. Esse ideal foi reclamado e incorporado ao movimento republicano, que exaltava a ciência e a laicidade como princípios reguladores de suas práticas e valores. No Pará, essa percepção sobre as práticas e a idealização da boa política se mistura e confunde com o período de urbanização e expansão da cidade de Belém durante a Belle Époque.

Por isso, tanto a eloquência das falas quanto o projeto imigratório, com a proposta de atração de mão de obra europeia na medida do que ocorria ao sudeste brasileiro ou a outros portos no continente americano, projetava uma expectativa de sucesso equivalente às imagens de remodelamento que os centros urbanos experimentavam no mesmo período. Mas este não foi o caso com a hospedaria de imigrantes do Outeiro, em Caratateua.

Ficou delimitado neste levantamento tanto a fragilidade das práticas republicanas quanto a veracidade de suas falas e, principalmente, os limites de conhecimento e controle do estado sobre o seu próprio território. Esta apresentação foi apenas um fragmento de um estudo maior sobre a ilha, os projetos da hospedaria e de imigração estrangeira, e o fracasso de suas execuções, e esperamos ter contribuído para uma reflexão sobre o impacto dos atos de governo sobre o território, a memória e a história, reforçando a necessidade de estudar os meandros e os silêncios das narrativas oficiais.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Alan Watrin. A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. Dissertação de mestrado. Belém: DEHIS/UFPA, 2006.

DIAS, Edneia Mascarenhas. A Ilusão do Fausto (1890 – 1920). Manaus: Valer, 1999.

FARIAS, Willian Gaia. O alvorecer da República no Pará (1886-1897). Belém: Editora Açai, 2008.

MEDEIROS, Ana Maria de Souza. Aspectos Geográficos da ilha de Caratateua. Belém : Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1971.

MURARI, Luciana. Natureza e cultura no Brasil (1870 – 1922). São Paulo: Alameda, 2009.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da UNB, 2004.

PAIVA, Odair da Cruz & MOURA, Soraia. Hospedaria de imigrantes de São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

RAMA, Ángel. A cidade das letras. São Paulo: Boitempo, 2015.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870 – 1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2033.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

Fontes Documentais

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph, Viagem ao Brasil 1865-1866. Brasília: Senado Federal, 2000.

BATES, Henry Walter. O naturalista no Rio Amazonas. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944 (volume I)

BIARD, Auguste François. Dois anos no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARÃO DO MARAJÓ. As regiões amazônicas: estudos corográficos dos estados do Grão Pará e Amazonas. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1895.

CRUZ, Ernesto. As Obras Públicas do Pará (volume I). Belém: Secretaria do Estado de Viação e Obras Públicas, 1967.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. Pequena Corografia da Província do Pará. Belém: s.n., 1887

O DEMOCRATA: Orgão do Partido Republicano Democratico (PA) Edição 0040, de 20 de fevereiro de 1891. <http://memoria.bn.br/DocReader/186171/1307>

_____. Edição 00111, de 19 de maio de 1893. <http://memoria.bn.br/DocReader/186171/3698>

FOLHA DO NORTE, edição 34, de 03 de fevereiro de 1896. <http://memoria.bn.br/DocReader/101575/125>

MUNIZ, João de Palma. Índice Geral dos Registros de terras : Publicação oficial organizada na administração do Exm. Snr. Dr. Augusto Montenegro governador do Estado. Belém : Imprensa Oficial, 1907-1909.

PARÁ. Colleção de Leis da Província do Pará. Typographia de Santos e filhos. 1854, 1855, 1868. (Vários tomos)

_____. Mensagem dirigida pelo senhor governador D. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião em 1º de Julho de 1892. Belém: Typ; da Imprensa Oficial 1892.

_____. O Pará em 1900: quarto centenário do descobrimento do Brazil. Pará: Imprensa de A. A. Silva, 1900

SPIX, F., Johann Baptist von. Viagem pelo Brasil (1817-1820) Brasília: Senado Federal,, 2017.

(volume 3)

WALLACE, Alfred Russel. Viagem pelo Amazonas e Rio Negro. Brasília: Senado Federal, 2004.

OS SENHORES DOS RIOS: O REGATÃO E SEU COMÉRCIO FLUVIAL NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX

Laura trindade de Morais¹

Este trabalho analisa as ações dos comerciantes de regatões na Amazônia do século XIX, as quais foram marcadas por atritos, negociações e embates físicos em várias regiões. Partindo disso, busca-se compreender como se encadeou a vivência, as negociações e atritos nessas relações. O regatão esteve presente em diversos contextos históricos exercendo seu comércio com as populações do interior da província e na segunda metade do século XIX, foram inúmeras as definições destinadas a esses sujeitos.

Segundo apontou Mário Monteiro de Ipiranga, a origem desses comerciantes seria do período seiscentista (MONTEIRO, 1958, p. 11) e, desde então, foi marcado por agitadas relações com outros sujeitos. Esse comércio “clandestino” teve sua base em redes de relacionamentos que tinham como sustento as trocas de mercadorias. Esse comércio vai alcançar as diversas regiões e entrar em contato com várias populações, proporcionando um “modo alternativo de abastecimentos” que eram formadores de alianças, dependências, tensões e conflitos (LOPES, 2002, p.14).

As canoas de regatão seriam:

As que navegam fora dos portos das cidades, vilas, freguesias e povoados da província, contendo secos e molhados, como verdadeiras lojas ou tabernas flutuantes, vendendo e comprando ou permutando gêneros e objetos de comércio pelos sítios,

¹ Professora da rede privada de ensino, licenciada e bacharel em História, mestre em História social da Amazônia e Doutoranda em história social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará. Email: laurashj@hotmail.com

fazendas, fábricas, engenhos e feitorias (JORNAL TREZE DE MAIO, 1851, p. 1).

Nota-se que o principal alcance dos regatões eram os lugares mais remotos da província, onde outras formas de comércio não alcançavam. Na visão desses comerciantes, alcançar esses novos lugares significava a aquisição de mais lucros e liberdade para desenvolver o comércio da maneira que melhor os beneficiassem.

Afirmava José Verissimo que os regatões eram “pequenos comerciantes que possuem canoas abastecidas das mercadorias próprias de nossas tabernas”, são formadores do “comércio ambulante, e representam nesta província o papel dos que no sul do império chamamos de mascate” (VERISSIMO apud GOULART, Op. Cit., p. 26).

Definição semelhante faz o presidente da província Francisco Maria Correa de Sá ao afirmar que o regatão é:

Um mascate que anda em canoa por lugares longínquos vendendo fazendas secas, espíritos, gêneros alimentícios e bugigangas a troco de borracha, castanhas, cacau, salsa. O regatão principalmente na vida comercial, ou caixeiro cobrador, é um verdadeiro representante da cobiça. Penetra até as cabeceiras dos rios e igarapés à procura de negócios (PARÁ, 1875, p. 80).

O trabalho do regatão e do mascate seriam bastante semelhantes, a diferença do mascate para o regatão estava no tipo de via que estes utilizavam para praticar o comércio, enquanto o primeiro utilizava de vias terrestres o segundo utilizava das vias fluviais. Entretanto, a semelhança dos dois era tão latente que Alípio Goulart, em um dos trabalhos mais importantes sobre os comerciantes de regatão, intitulou o seu livro de “*O regatão mascate fluvial da Amazônia*”, conforme obser-

va-se no título da obra, para Goulart “os comerciantes” dos rios teriam sua base nos “comerciantes da terra” (GOULART, Op. Cit.,). Já no norte do Brasil conforme apontaram Henrique & Moraes, o surgimento do regatão estava atrelado às características da região, como a existência de inúmeras vias fluviais que em grande medida foram utilizadas para a prática desse comércio (HENRIQUE & MORAIS, 2014, p.57) e que possibilitava a mobilidade desses comerciantes.

Essa ousadia dos regatões em desbravar novas vias marítimas de comércio coloca em evidência uma particularidade muito comum desse tipo de comércio: a mobilidade. Conforme apontam Henrique & Moraes, essa peculiaridade é um aspecto fundamental do comércio de regatão e implica em outros fatores que giravam em torno desse comércio como a fuga aos impostos que recaíam sobre esses comerciantes e o descobrimento dos mais distantes lugares (HENRIQUE & MORAIS, 2014, p.57).

Mário Ypiranga Monteiro argumenta, que é a essa mobilidade dos regatões para diversos lugares que se deve “a penetração a fundo” e ao mesmo tempo, “insidiosa e voraz” nos rios e furos, assim como a exploração e degradação, contudo se esse modo de penetrar nos lugares e praticar o comércio não era “a solução mais adequada em épocas distantes de inconfundível atraso econômico, foi pelo menos um sistema mais prático, “brasiliar” da sobrevivência daquelas humanidades” (YPIRANGA, Op. Cit., p. 9). Desse modo seria o regatão uma válvula de escape para as populações que viviam nos lugares mais remotos e não tinham acesso a outras formas de comércio.

Sobre os produtos desses comerciantes, suas canoas estavam sempre abarrotadas de “quinquilharias” que estavam sempre prontas para serem negociadas. Alfred Russel Wallace em sua viagem pelo Alto Rio Ne-

gro possivelmente esteve em contato com uma canoa de regatão, afirmava ele que:

A canoa estava muito carregada, pois transportava em seu bojo um variado sortimento dos artigos mais procurados pelos habitantes semicivilizados ou selvagens do alto rio Negro. Viam-se ali diversos fardos de fazendas de algodão ordinário, de tecidos de algodão estampado, de cores muito vivas, com padrões em listras ou em xadrez, de lenços azuis e vermelho, grande quantidade de machados, facões, facas, canivetes, milhares de anzóis, isqueiros e fuzis, pólvora e chumbo, colares em grande quantidade, com contas azuis, pretas e brancas, e espelhos pequenos, também em grande número. As agulhas, linhas em carretéis e em novelos, botões, fitas, etc., não foram esquecidos. Havia também grande quantidade de cachaça (o rum, do país) e vinho, para o consumo do próprio vendedor, bem como um pouco de álcool, para “remédio”, e chá, café, açúcar, vinagre, azeite, para tempero de comidas e para as candeias, biscoitos, manteiga, alho, cebolas e outras coisas mais (WALLACE, 2004, p. 250).

Era comum a canoas desses comerciantes trafegarem lotadas dos mais variados produtos, com isso era recorrente que principalmente as comunidades ribeirinhas recorrerem a esses comerciantes quando se precisava dos mais variados produtos, uma vez que, quase sempre que se precisava o regatão estava lá com sua canoa sortida de produtos. Esse fato, do regatão levar em sua canoa quase tudo o que as populações que viviam as margens dos rios das províncias precisavam, chama atenção para uma característica importante desse comércio, o regatão como “economizador de tempo”, que ao oferecer os seus produtos nos portos das regiões da província evitava que muitos sujeitos “gastassem” tempo se locomovendo até a província para adquirir o que desejava.

O interesse em levar esses produtos para os mais variados sujeitos e regiões, ensejava nesses comerciantes o desejo de alcançar novas rotas fluviais. Contudo, para algumas autoridades provinciais, em tal desejo estava embutido a ganância e a busca por vantajosos lucros.

Conforme apontou Siméia de Nazaré Lopes, esse tipo de comércio era motivado pela exploração e exportação de produtos extrativos e gêneros alimentícios (LOPES, Op. Cit., p. 16). Eram estes produtos que abundavam nas regiões longínquas da província do Pará, sobretudo no Tapajós. Nesse meandro, havia toda uma teia de interesses e negociações do comerciante de regatão com vários outros sujeitos que girava em torno desses produtos. O regatão, supostamente motivado pela busca de lucros vantajosos dedicava todo um esforço que supostamente demandava variados tipos de espoliação a quem negociava, sobretudo aos indígenas.

Foi por esses fatores juntamente à forma com que eles praticavam seu comércio que se manifestaram inúmeras opiniões a respeito deles. A imagem do regatão era atrelada “personificação do mal”, este seria aquele que sempre estava contra o bem, sobretudo, por ir na contra mão do projeto de catequese e civilização dos grupos indígenas (AMOROSO, 2013, p.226). Com as constantes críticas direcionadas a esses comerciantes, ocorreu o estabelecimento de algumas leis e buscou-se abolir essa forma de comércio. A resolução provincial de nº182, de 9 de dezembro de 1850, decretava que estava proibido, “em toda as águas da Província, as canoas as em que se faz o comércio chamado de regatão” (PARÁ, 1851, p.1), esta proibição estava ligada principalmente a dois fatores: primeiramente a forma de comercializar dos regatões, sobretudo com os grupos indígenas, que era considerada ilícita pelas autoridades provinciais e em segundo lugar pela falta de con-

trole que a província tinha sobre esses comerciantes, sobretudo no que diz respeito ao mecanismo de arrecadação de impostos.

A prática desse comércio por várias rotas fluviáveis implicava em “não ser alcançado pelos mecanismos de arrecadação de impostos, nem por outras instâncias governamentais que poderiam fiscalizar as relações” comerciais (HENRIQUE & MORAIS, Laura. Op. Cit., p. 53). Partindo disso, foi se percebendo que a proibição não seria o ideal para “controlar” esse comércio, até mesmo porque na prática ela não funcionava.

Dessa forma, na visão das autoridades provinciais a opção para aquele momento seria a fixação de vastos impostos sobre esse comércio e fazer com que grande parte desses comerciantes cumprisse com a arrecadação, a partir daquele momento o regatão não poderia navegar praticando comércio sem a “licença competente”. Assim deveria executar meios de normalizá-lo de maneira que houvesse alguma vantagem para a economia, o que poderia ser obtido através da cobrança de impostos (TAVARES, 1874, p. 33).

Durante certo período haviam repartições que não contribuíam com as arrecadações, entretanto além dos impostos lançados sobre as canoas, lançava-se também sobre a tonelada de produtos e sobre a tripulação existente na embarcação, ainda era fundamental calcular o tamanho, o tipo de madeira de fabricação das embarcações e se eram de construção nacional ou estrangeira (GOULART. Op. Cit., p. 202) para assim chegar em um valor final do que seria cobrado.

Conforme Tavares Bastos, esse mecanismo de arrecadação de vantajosos impostos refletia e era prejudiciais a outros campos que estavam ligados a esse comércio, como por exemplo, nas negociações desses comerciantes com os grupos indígenas em que, segundo Bastos, os regatões buscavam compensar através

dos altos valores dos produtos que negociavam com os grupos indígenas o que lhe era cobrado na arrecadação de impostos (BASTOS, Op. Cit., p. 284).

Visão semelhante apresenta Domingo Jaci Monteiro ao afirmar que quando não se conseguiu a extinção do regatão, se instalou pesados impostos sobre esse comércio recaindo sobre os consumidores (MONTEIRO APUD YPIRANGA, Op. Cit., p. 10) essas taxas cobradas. De fato, era nesse tipo de ação que resultava a cobrança de vastas taxações sobre esse comércio.

Contudo, não se tinha como controlar, muito menos fazer com que todos que exerciam esse comércio se submetessem aos impostos estipulados pela província, esses comerciantes tinham seus próprios meios de escapar desses tributos e dos olhares das autoridades provinciais. “Para escapar das altas taxas que lhes eram cobradas, os regatões se empenhavam em atuar na clandestinidade, no que eram beneficiados pelo emaranhado de rios, furos e igarapés da região amazônica, que facilitavam a eles escapar dos postos de vigilância e arrecadação de impostos” (HENRIQUE & MORAIS, Op. Cit., p. 54).

Dessa forma, as leis não beneficiaram muito aqueles que iam contra a forma de comercializar dos regatões. Com isso instalou-se em várias regiões visões sobre estes comerciantes, cobiça desenfreada, perversores dos índios, destruidores da pureza indígena são características que aparecem frequentemente quando se refere a esses comerciantes durante a segunda metade do século XIX.

Contudo, as inúmeras tentativas das autoridades provinciais de quebrar as relações entre estes comerciantes e seus fregueses, não obtiveram sucesso, estando esses comerciantes presentes nas diversas regiões da Amazônia, sobretudo, na província do Pará. Em relação ao contato comercial com os indígenas, a

relação entre estes se estabeleceu de maneira conturbada e foi amplamente discutida e criticada por diferentes sujeitos, teve importante significado e influenciou em muitos momentos históricos, foi pautada em intensas negociações, assim sendo constituída de forma tão significativa que ganhou espaço em diversas documentações, sobretudo no período imperial.

Sobre o comércio de regatão na província paraense e sua relação com os indígenas, Alfred Russel Wallace afirmou que encontrou “a província do Pará infestada de comerciantes, a maior parte dos quais nem merecem tal nome, nem outro melhor do que o de mascates”, que estes comerciantes dos rios, apresentam “o seu apaixonado gosto pelo comércio, o que dificilmente permite a qualquer deles fixar-se em um lugar qualquer e produzir alguma coisa para comerciar com outros, o seu único recurso está no indígena, que habita a região” (WALLACE, Op. Cit., p. 468). Desse modo o comércio de regatão era corriqueiro na província e tinha nos indígenas um dos principais fregueses.

Nesse âmbito, esses comerciantes estenderam-se por diversas regiões da província levando em seu comércio móvel os mais diversificados tipos de produtos para comercializar com aqueles que viviam as margens dos rios das regiões. Segundo Agassiz, os produtos estrangeiros que chegavam até as regiões da floresta, chegavam através dos regatões. “Esses vendedores são muito conhecidos nos portos as margens do Amazonas e seus tributários; são, segundo se diz, da mais completa má-fé no seu comércio com os índios, e estes não deixam de cair ingenuamente em todos os seus contos” (AGASSIZ, 1867).

Percebemos que se apresenta ao mesmo a imagem do regatão enquanto enganador e do indígena enquanto enganado, destacando assim a figura desses comerciantes não apenas pelo seu comércio, mas tam-

bém pela forma que comercializavam, sendo acusados de protagonizar diversas situações prejudiciais, sobretudo, aos indígenas.

Nesse sentido, afirmava o jornal “A Boa Nova”, que defendia a catequese indígena, que os regatões buscavam, de todo modo, abusar dos indígenas através de modos “iníquos, pelos quais estes enganam e corrompem os indígenas, cuja imbecilidade os põe ao nível das crianças” (A BOA NOVA, 1882, p.1). A notícia coloca o índio no papel de indivíduo sem percepção diante das vontades dos regatões, que, com sua ambição, conseguiam supostamente enganá-los de maneira fácil.

O suposto espírito ambicioso dos regatões em relação aos indígenas ocasionou diversas inquietações na província do Pará, pois, em grande medida, a visão que se tinha da relação entre esses sujeitos era de opressão, sendo frequentes as acusações feitas por várias autoridades provinciais direcionadas a esses comerciantes. Essas acusações, em certa medida, também estavam relacionadas às supostas interferências desses comerciantes no projeto de catequese e civilização dos grupos indígenas, pois as autoridades provinciais e missionários ecoavam contra a prática desse comércio.

Em seu relatório o presidente da província do Pará Antônio Sá de Albuquerque, escreveu que;

O aparecimento dos índios nas cidades, vilas e povoações da província pondo-se em contato com a civilização, poderia concorrer para uma benéfica mudança nos hábitos de vida dessa numerosa raça que habita o interior da província. Há, infelizmente, um obstáculo que se opõe a esse facto. Este obstáculo é a especulação de uma nuvem de indivíduos denominados regatões, os quais vão fazer o comercio com índios no meio das tribos ou malocas (PARÁ, 1860, p. 32).

O regatão configurou a principal barreira para os projetos desses indivíduos, que almejavam a “catequese e civilização” indígena. Os argumentos utilizados contra essa relação entre comerciantes e indígenas eram primeiramente que o comércio praticado entre eles era ilícito, por supostamente, o regatão explorar os indígenas ao oferecer produtos com preços muito elevados em troca de produtos naturais que tinham maior valor. Secundamente, as críticas a essa relação ocorriam em razão da suposta resistência à catequese que comerciantes incutiam nos indígenas.

Na fala de Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da província do Pará, este afirma que as relações dos Munduruku e Maué da região do Tapajós se davam em grande medida com os comerciantes de regatão, “a quem dão em troca das mercadorias, de quem carecem, os produtos, que colhem, ou prepararam, como são a borracha, salsa, óleo de copaíba, guaraná, cravo, tabaco, breu, estopa, castanha, algodão e camarú” (PARÁ, 1862, p.79). Desse modo, observa-se que a relação comercial entre indígenas e regatões era basicamente regida pelas trocas dos mais diversos produtos.

O naturalista americano William Edwards, que esteve na Amazônia, afirmou que estes comerciantes levavam em seu barco tecidos, agulhas, conservas, artigos de metal e outras “quinquilharias” e geralmente recebiam em troca produtos da natureza como bálsamo, resinas, peixes entre outros (EDWARDS, 1861, p. 274).

Geralmente era fornecido como objeto de troca dos regatões a água ardente, miçangas, tecidos, machados, facas, etc., em contrapartida os índios forneciam goma elástica, guaraná, óleo de copaíba, salsaparrilha, entre outros produtos considerados de alto valor monetário.

Os produtos ofertados pelos indígenas ao regatão, além do valor de mercado muitas vezes elevado, tinham várias outras finalidades. Nesse sentido, apontou Alfred Wallace os produtos de forte valor comercial eram principalmente: “o peixe seco e óleo do peixe-boi ou de ovos de tartaruga, para o comércio interno; sal-saparrilha, piaçaba, goma, castanhas, óleo de copaíba e cacau, para o comércio de exportação” (WALLACE. Op. Cit. p. 469). Desse modo, observa-se que esses últimos produtos eram os principais nas trocas entre indígenas e regatões.

Contudo, supostamente quem saia perdendo nessa relação de troca eram os indígenas. Nota-se no relatório do presidente da província Carlos Araújo Brusque, que apresenta três exemplos de como se davam essas negociações, afirmando que;

Um corte de calças de algodão ordinário, que custa nessa cidade mil reis, é dado ao índio em troca de um pote de óleo de copaíba que contem de 1 canada e meia a 2 canadas, e que vale por conseguinte neste mercado 20\$000.

Uma arma de fogo ordinária no valor de 5\$000 reis é dada em troco de 3 potes de óleo

Um barril de pólvora que custa 17\$000 reis é o equivalente de 8 potes de óleo, que valem 160\$000 (PARA. Op. Cit., 1862, p.91).

De fato, levando-se em consideração os dados das transações apresentada por Brusque, e se for levado em consideração apenas o valor monetário desses produtos, infere-se que em grande medida os indígenas eram lesados pelos regatões, contudo, a documentação sobre essas transações também aponta outros nuances (PARA. Op. Cit., 1862, p.91).

Outro exemplo de suposta transação abusiva entre índios e regatões pode ser encontrado no relatório do presidente da província do Pará, Pedro Vicente de Azevedo, segundo o presidente da província;

Por um rosário de miçangas recebe do índio um alqueire de castanhas, por um corte de chita que vale 1.500 a 2.000, por algumas libras de pirarucu ou por um frasco de aguardente recebe um pote de óleo de copaíba, ou uma arroba de borracha. Um espelho que custa 1\$000 rende-lhe na permuta 10, 20 ou 30\$000, conforme as circunstâncias e o comprador (PARÁ, Op. Cit., 1875, p. 57).

Com isso, nota-se que a visão do regatão como enganador e o índio como enganado foi reproduzida em várias documentações do império, nas quais várias vozes contrárias a essa relação se manifestaram. Em meio a isso, várias outras características negativas foram atribuídas a esses comerciantes, todavia, esse comércio nem sempre foi sinônimo de vantagem.

Uma vez que, a partir de uma análise mais atenta sobre a leitura que os indígenas faziam das trocas comerciais e dos objetos, percebeu-se que essas experiências de trocas entre índios e regatões, configuravam uma teia de significados para os indígenas, sendo possível perceber que os índios tinham consciência do valor das trocas e dos objetos e podiam atribuir novos valores a eles de acordo com sua concepção, desfazendo assim a ideia de que eles foram o tempo todo enganados.

Portanto, essa relação entre comerciantes e indígenas se estabeleceu de maneira complexa, sobretudo em meio às negociações de produtos, pois índios e os regatões tiveram ciência de suas negociações, e entraram frequentemente em atritos. Assim, sendo o convívio entre esses sujeitos marcado por múltiplas peculiaridades e embates e, também, divisora de opinião, sobretudo, no que diz respeito ao valor dos objetos que eram fornecidos pelos regatões aos indígenas, os quais eram vistos como de pouco valor.

Referências bibliográficas

AGASSIZ, Elizabeth Cary e Louis. A Journey in Brasil. Boston: Fields & Osgood, 1867. Edição brasileira: Viagem ao Brasil, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

AMOROSO, Marta & SANTOS, Gilton Mendes dos. Paisagens ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia. São Paulo: Terceiro Nome, 2013, p. 275-298.

EDWARDS. William Henry. A Voyage up the River Amazon, 1861.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. No tempo dos seringais. 5 ed. São Paulo: Atual, 2005.

GOULART, José Alípio. O regatão: mascate fluvial da Amazônia. Rio de Janeiro: editora Conquista, 1968.

HENRIQUE, Márcio Couto & MORAIS, Laura Trindade. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). Revista de História (USP), v. 171, 2014.

LOPES, Siméia de Nazaré. O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855. Dissertação de mestrado, NAEA. Belém, 2002.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. O regatão (notícia histórica). Manaus: Edições Planície, 1958.

TAVARES BASTOS, A. C. O Valle do Amazonas: estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, commercio, questões fiscais do valle do Amazonas. Rio de Janeiro: B. L. Livreiro Editor, dezembro, 1866,

WALLACE, ALFRED RUSSEL. Viagens pelo Amazonas e Rio Negro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

Fontes

Jornal Treze de maio, Belém, 1851.

Jornal A Boa Nova, Belém, 1876.

PARÁ, Governo. Coleção das leis da província do Gram-Pará, tomo XII, 1850. Pará: Typ. De Santos & Filhos, 1851.

PARÁ GOVERNO. Relatório apresentado pelo exm. sr.dr. Antonio de Sá e Albuquerque, presidente da província do Pará, ao Exm. Sr. Vice presidente Dr. Fabio Alexandrino de Carvalho Reis ao passar-lhe a presidência da província, no dia 12 de maio de 1860.

PARÁ, Governo. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província do Pará na 1ª sessão da 13ª legislatura pelo Exm. Sr. presidente da província, dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

PARÁ, Governo. Relatório apresentado ao exm. senr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exm. senr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Pará, [Typ. de F.C. Rhossard], 1875.

O PROBLEMA AUMENTOU: PROCESSOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS INTERVENCIONISTAS DE ASSISTENCIA A SECA E AS DOENÇAS EM TERESINA (1877-1879)

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves¹
Nara Viviany Moura de Oliveira²

Introdução

Ao relatar problemas decorrente das secas, é necessário analisar, através da criticidade, as diversas perspectivas e imaginários que se constituiu sobre esse fenômeno. Pois, se tornaram realidades que foram sendo apropriadas e cristalizadas através de visões baseadas na pobreza, barbáries, fome, doenças, calamidades e atraso, tais demonstrações foram percebidas nas pesquisas de Barboza (1991) e Lima (2003). Decorrente disto, a imagem que se constitui sobre sertão está, até os dias atuais, diretamente ligada as secas. Nesse sentido, tornou-se pertinente análises historiográficas, na qual, apresentam diversos paralelos relacionados a questão da seca e as diferentes perspectivas sobre o fenômeno e seus sujeitos. Pensamentos voltados para a seca, não somente como um fenômeno climático, mas social, que se constitui como base de modificações de vidas. As visões sobre seca e migrações tem fundamentado produções de trabalhos hegemônicos, sobretudo da memória cearense. Parte dessas produções, se constituiu através da historiografia, ponto nodal na produção deste artigo. São história de homens e mulheres, jovens e crianças, que deixavam seu local de origem, suas vidas, para moldarem novas perspectivas

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: kerciarps@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: oliveiranara288@gmail.com

em algum lugar que lhes garantam o sustento.

A seca se tornou sinônimo de retirantes, que assolados pela fome, eram obrigados a vagar pelas estradas e cidades, na procura de subsídios para sobrevivência. Porém, é importante que se desconstrua o imaginário de que a seca lhes oferecia somente miséria, esse se constituía também como um momento em que o sertanejo mudava de rota e tinha possibilidade de viver experiências de vida e de trabalho. Nesse sentido, este trabalho pretende analisar as diversas perspectivas sobre a seca e movimentos migratórios, observar as modificações de vida dos sujeitos decorrentes no período de seca, o posicionamento político de ajuda frente a problemática das multidões de flagelados, como também seu caráter social e cultural na vida dos migrantes e das cidades que o recebiam.

○ cenário do caos

Políticas públicas ou intervencionistas são ações práticas ou diretrizes fundamentadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, objetivando solucionar problemas gerais ou específicos da sociedade. A partir desse conceito, as políticas intervencionistas direcionadas a calamidade decorrente da estiagem, somente tiveram início após o governo reconhecê-las como problema nacional e agir na tentativa de solucioná-las. Foi somente a partir da seca de 1877 a 1879, quando a mortalidade humana foi crescente, que houve a criação de instituições para sanar as problemáticas.

A maior parte das políticas intervencionista no Piauí e em sua capital Teresina, decorreu da problemática da seca. Pode-se observar tal afirmação, através de fontes e bibliografias sobre a temática. Como ressalta o autor Joaquim Alves, o século XIX foi marcado pela

presença de naturalista que percorreram os sertões nordestinos desde as primeiras décadas, coletando um rico material informativo, dos quais atualmente podemos colher os dados possibilitando interpretações e análises dos fatos históricos decorrentes das crises climáticas.

Desse modo, através dos registros, pode-se constatar que a política intervencionista no Piauí nos anos de 1877 a 1879, foi de caráter assistencialista, através de instituições responsáveis pela distribuição de alimentos, medicamentos, roupas e trabalho. Como por exemplo a comissão de socorros públicos e os núcleos coloniais, através da lei nº 589 de 9/9/1850, na qual autorizava o Governo Central a fazer gastos com epidemias e calamidades públicas ou quais quer problema dessa natureza, tendo somente que prestar contas ao Poder Legislativo.

Comissão de Socorros Públicos

A Comissão de Socorros Públicos foi uma das instituições criadas para amparar os migrantes que chegavam nas cidades, que não possuíam condições de manter-se por si mesmo e dependência das ajudas mandadas pelas autoridades provinciais. A comissão era um órgão de assistência aos flagelados da seca, que visavam fornecer ajudas imediatas, para que não ocorresse calamidade em nível mais grave. A instituição estava presente em muitos municípios da província, objetivando minimizar os efeitos da seca e distribuir gêneros alimentício, roupas e medicamentos aos migrantes. Desse modo, a criação de instituições como a Comissão de Socorros, foi uma atitude de emergência, mas que garantia esperança de sobrevivência naquele momento de fragilidade.

A petição direta para o Governo Central, se dava

através de cartas, redigidas a mão, tinha como objetivo fazer súplicas, na tentativa de conseguir que seu clamor fosse atendido. Segundo o autor Edson Holanda:

As Comissões de Socorros Públicos foram financiadas com recursos do Ministério do Império requisitados diretamente pelo Presidente da Província sem a necessidade de aprovação prévia orçamentária, mobilizadas em casos de calamidades. Foram designadas diversas comissões para as localidades da capital e interior do Piauí, composta por autoridades locais, em geral: o pároco, o delegado, um coronel ou algum comerciante. Entre suas atribuições estava a compra e distribuição de alimentos entre retirantes e a remuneração pelo trabalho em obras públicas ou núcleos coloniais privados. (BARBOZA, 2013. p. 90)

Como ressaltado na referência, a Comissão era formada por pessoas da elite local, que detinham influência e privilégios. Pode-se observar através das documentações da própria comissão, que a divisão de cargos se dava por meio de elementos responsáveis da sociedade, como Vigário, Juiz de Paz, Coletor de Renda e o Delegado. Indivíduos hierarquicamente qualificados, mas que se utilizavam de sua influência e cargo para desvios de suprimentos, na qual favorecia parentes, protegidos e em muitos casos, negociavam com tropeiros que eram responsáveis pelo transporte dos socorros, para que esses tirassem uma parte destinada a barganha.

Quando se inicia o ano de 1877, o primeiro que não teve chuvas, quem governava à província era o conservador Graciliano Ramos de Paula Batista, que, recebendo os primeiros pedidos de socorro das comarcas interioranas, instituiu uma comissão em cada município, dando assim atenção ao clamor dos indivíduos. A atitude do Presidente da Província, foi algo crucial, pois a comissão permaneceu por todos os anos de estiagem,

e, mesmo inicialmente sendo uma medida provisória, logo se torna elemento importante para o suprimento dos migrantes. A proposta se dava inicialmente na abertura de créditos sob a responsabilidade do próprio Graciliano Ramos, na qual seriam investidos em viveres e compra de medicamentos e roupas, despesas necessárias para sanar as calamidades da seca.

A partir da comissão, que os migrantes adentravam terras piauienses, abrangendo também a ajuda para as mendicâncias que já ocorria na província, sendo os primeiros a serem socorridos. Os que eram considerados “indigentes”, de variados sexos e idades, não possuíam meios de sobrevivência e necessitavam de toda ajuda que dispunha a comissão, sejam roupas, alimentos ou medicamentos, para que não andassem nus ou a morrer de fome pelas ruas das cidades, tudo ocorria através do auxílio da comissão. Desse modo, a comissão se configurou como uma esperança e refúgio para sobrevivência, buscando nessa instituição de carência, suprir os recursos básicos que lhes faltava.

A calamidade foi no seu todo intensa, e a partir da análise dos requerimentos, que tal fato se torna perceptível. Famílias que, em atitude de desespero solicitavam a comissão que escrevessem cartas endereçadas ao governo imperial, na tentativa que lhes mandassem as ajudas que haviam suplicado. Como por exemplo:

Luzia Joaquina Roza, natural desta província, pobre desvalida, tem a seu cargo 1 filho menor de nome José, achando-se sem meios algum de subsistência, vem muito respeitosamente implorar de Vossa Excelência a graça de mandar socorrê-la com vestuários e alimentos com que o governo está despondo a pobreza, para si e seu referido filho. A [...] comfiada na recta justiça que mui caracteriza ao nobre coração de Vossa Excelência Nestes Termos Em Respeito Mercê Terezina, 19 de Março de 1879. (REQUERIMENTO, 1879)

A partir da análise do documento, pode-se construir diversos debates. A situação de calamidade, fazia com que os migrantes não possuíssem nem vestimentas, muitos andavam nus ou com poucas peças no corpo. No entanto, o requerimento se dava através de muitas súplicas e dependia de a comissão de socorros atender as petições. Podemos perceber que as cartas endereçadas ao governo, eram acarretadas de petições, relatando a situação em que se encontravam, especificando suas necessidades, como por exemplo a relatar que era uma pobre e desvalida, sem condições de manter-se com o filho.

Tal carta, pode despertar problemáticas no imaginário, pois, demonstra o clamor de uma mãe, que cuida sozinha do seu filho e não possui o mínimo para sobrevivência. Cabe ressaltar que as mães da seca, quando os maridos eram mandados aos serviços públicos, estas ficavam responsáveis por cuidar dos filhos e de toda responsabilidade da família, inclusive de conseguir alimentação, vestimentas e roupas. A partir disto, recorriam a comissão de socorros públicos. Era necessário buscar pela sobrevivência dia após dia para fosse diminuída ou mesmo sanada.

As documentações são cruciais para que se compreenda como se dava o processo de assistencialismo, bem como demonstram a situação que se encontravam os migrantes do Piauí no final do Século XIX. Ao analisar os requerimentos que os pobres encaminhavam para a Comissão de Socorros, rogando auxílio, destinado ao governo, na tentativa de barganhar recursos necessários a sobrevivência, nos possibilita perceber os moldes que a sociedade se encontrava, pois eram através dessas cartas que mulheres e homens requeriam ajuda do governo, que não os deixarem morrer de fome ou andarem nus pelas ruas, petições para si e os seus.

O número de petições era significativo, pois, não somente referia-se ao suplicante, mas para a numerosa família que o acompanhava. A comissão de socorros, acabava por ser um elo que ligava de forma direta classes sociais diferentes, pois, punha com migrantes em contato com a elite local e provincial. Desse modo, aos que não possuíam meios de sobrevivência, dependiam de forma exclusiva dos recursos mandados pelas autoridades. Cabendo ressaltar, que as problemáticas que ocorreram dentro dessa relação, por muitas vezes ocorreu de forma desigual, pois, mesmo com tamanha súplica, na qual se expunham os migrantes, as autoridades desviavam e lucravam dos recursos que vinham afins de minimizar a situação que os indivíduos se encontravam.

Assim, com o aumento populacional causado pela migração das pessoas que fugiam da seca, o hospital de Teresina, conhecido como Santa Casa de Misericórdia, desde 1861, passou a enfrentar ainda mais problemas. Como era função do hospital receber doentes como escravos das fazendas nacionais, pessoas pobres e soldados, a partir da década de 1870, passou a receber também alto número de migrantes, vindo das diferentes províncias do nordeste.

Saúde em tempos de seca

Ao analisarmos os documentos que diziam respeito à Santa Casa de Misericórdia levamos em consideração o momento histórico em que eles foram escritos e, além disso, tentamos perceber as possíveis intenções daqueles que os produziram. Em tese, tendo sempre em mente a situação daquela sociedade, buscamos entender como os dirigentes compreendiam a Santa Casa de Misericórdia. Dessa forma, observou-se na pesquisa documental que, a Santa Casa de Misericórdia, a partir da

década de 1870, passou a enfrentar maiores problemas em suas finanças, causando assim dificuldades no atendimento de saúde aos pobres e desvalidos da época.

Dessa forma, o Coronel José de Araújo Costa, em um relatório enviado ao presidente da província, em 8 de março de 1878, relata a situação deplorável a qual se encontrava a Santa Casa de Misericórdia:

Reunindo-se hoje a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia, desta cidade, tive ocasião de examinar pessoalmente o estado de pobreza de seu hospital, que se recente da falta absoluta de tudo que é indispensável ao uso e serventia do mesmo hospital, e respectivas enfermarias. Primeiro que tudo é assas lamentável, que, sem dúvida por causa do mau estado de suas finanças, fosse limitada a dose, o número de enfermos pobres que o hospital recebe em suas enfermarias; e parecendo-me que, com algum sacrifício para o estabelecimento, devia ser revogada semelhante restrição, obtive que a mesa administrativa, em sua sessão de hoje, resolvesse que d'agora em diante, fosse, recebido no Hospital, maior números de enfermos pobres, sem deixar, todavia, de atenderem-se as forças pecuniárias do estabelecimento. O Hospital acha-se desprovido de tudo: as camas que existem precisam ser reparadas; não existem colchões; lençóis, e nem roupas para enfermos! Falta, louça, talheres, panelas e muitos outros artigos indispensáveis à prática do hospital. A vista, pois de tão deplorável estado a que se acha reduzido este estabelecimento de caridade, o único que existe na província, eu não posso deixar de recorrer ao espírito caritativo de Vossa. Exc. para pedir-lhe algum auxílio, no sentido de tirar o Hospital da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, do estado de decadência, se não completo abatimento, a que se acha reduzido! [...]. (COSTA, 1978)

Observando o relato do coronel José de Araújo Costa feito ao presidente da província, em março de 1878, podemos perceber o estado da precariedade a qual passava a Santa Casa de Misericórdia. Com defici-

ência nas finanças da província do Piauí e um aumento populacional no número de migrantes, isso devido à seca que, assolou parte do nordeste, na década de 1870; o Piauí virou um espaço de aglomeração de famintos e refugiados, onde estes fugiam do medo da fome, da miséria e da penúria, buscando melhores condições de vida e de sobrevivência. Consequentemente povoando a província do Piauí de pessoas pobres. Aumentando o número de indigentes e doentes residentes na capital da província.

A Santa Casa de Misericórdia era o único hospital assistencialista existente na capital do Piauí; recebia um contingente acima de sua capacidade. A maioria das pessoas que davam entrada no hospital eram indivíduos pobres e miseráveis. A Santa Casa de Misericórdia carecia de estrutura física e econômica. Faltavam instrumentos para o trabalho e profissionais capacitados para o serviço.

A Santa Casa de Misericórdia foi a instituição criada para atender os anseios da população mais carente da cidade, recebendo um alto número de mulheres no ano de 1879. Regido pelas irmandade a Santa Casa de Misericórdia realizava assistência fraternal. Desta forma foi percebido, na análise documental, um número de 157 doações de roupas. Sendo 104 para pessoas da província do Ceará e 52 para pessoas da província do Piauí e 1 caso de doação para pacientes da província de Pernambuco.

Observando o documento podemos perceber que o número de doações realizadas foi principalmente para doentes do sexo feminino, estas doações totalizando 132 no geral, 108 a mais do que o número de doações realizadas para homens. As quais foram de 24 doações. Das mulheres que receberam doação, 86 foram do Ceará, 46 do Piauí e 1 era de Pernambuco.

Entre os anos de 1877 e 1879 houve na Santa Casa de Misericórdia um aumento no atendimento da população pobre, onde em sua maioria deram entrada flagelados, acometidos pela seca. Segundo a historiadora Maria de Araújo, “a presença de homens, mulheres, velhos e crianças nas ruas da cidade de Teresina, nos anos de 1877-1879, foi considerado um fenômeno de desordem” (ARAÚJO, 1995, p.36). As ruas da cidade ocupadas por pessoas pobres demonstravam o reflexo de um flagelo a qual acometeu uma massa de nordestinos. A entrada de migrantes no Piauí aumentou o número de casos de doentes, acreditamos que devido à própria insalubridade da época, muitas pessoas já chegavam doentes ao Piauí.

Segundo o quadro demonstrativo do movimento de enfermarias da Santa de Casa de Misericórdia de Teresina, entre os anos de 1877-1878, feito pelo secretário Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco; observamos que 90 pessoas deram entrada no hospital; sendo que dessas 90 pessoas, 28 eram homens pobres, 45 eram mulheres pobres, 15 eram soldados e 2 eram escravos (CASTELO BRANCO, 1877). Ainda segundo o mesmo documento, percebemos que o número de entrada de mulheres pobres se iguala ao número somado de casos entre homens pobres, soldados e escravos. Dessa forma podemos entender que na maioria das vezes as mulheres estavam mais fragilizadas ao contágio de certas doenças, podendo perceber isso pelo maior número de falecimentos nos anos de 1877-1878 serem de mulheres.

As péssimas condições de falta de higiene e salubridade as quais essas mulheres eram submetidas, podem ser causas para o alto índice de entrada e falecimentos. A presença desses “desregradores sociais” constituía para a elite uma ameaça cotidiana, vistos como os principais responsáveis pelo aumento das

mortes na cidade. Além disso, o medo do contágio de doenças e do perigo ocasionado nas ruas pelo aumento do número de migrantes pobres gerava uma insatisfação por parte da elite local, onde a sociedade por meio do seu imaginário progressista buscava organizar e reordenar o espaço urbano de uma forma salubre e sadia. Maria de Araújo ressalta “que enquanto a elite política do Piauí defendia, em sua fala, a necessidade de uma prática progressista, do outro lado emergia uma parte da população de Teresina vivendo do subemprego, da mendicância e de trabalhos temporários” (ARAÚJO, 1995, p.35)

A Santa Casa de Misericórdia era um desses locais, a qual recebia boa parte destes pobres e indigentes vindos de outras províncias do Nordeste. Da província do Ceará foi possível observar, de onde saíram as maiores levas de migrantes e que acabaram ficando no Piauí, em busca de tratamento de saúde e melhores condições de sobrevivência. Isso é observado nos documentos de admissão da Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1879, como nos revela o mapa de entrada e saída de doentes da Santa Casa de Misericórdia no ano de 1879, na cidade de Teresina.

No total 923 doentes buscaram o hospital para algum tratamento de saúde no ano de 1879, entre esses doentes constam no documento pessoas vindas das províncias do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba. Mas somente 914 doentes estão prescritos no mapa de entrada e saída da Santa Casa de Misericórdia do ano de 1879. Na análise documental, nós percebemos que alguns números da sequência foram pulados, impossibilitando a compreensão destes dados. No total 9 dados deixaram de conter no referido documento, isso pode justificar a diferença das, mas, contudo, não sabemos ao certo explicar o motivo pelo qual esses elementos não vêm prescrito, pois o docu-

mento não trazia nenhuma referência explicando o motivo da falta dessas informações.

O alto número de entradas de pacientes na Santa Casa de Misericórdia nos mostra como a população de Teresina em apenas dois anos cresceu, aumentando o seu contingente populacional. Assim a cidade de “Teresina, nas últimas décadas do século XIX foi palco de encenações de uma massa de migrantes nordestinos fugidos da seca” (ARAÚJO, 1995, p.33).

O número de adultos e crianças que deram entrada na Santa Casa de Misericórdia em busca de tratamento, no ano de 1879, é superior à quantidade de adolescentes e idosos. Essa informação nos mostrando que as principais vítimas da precariedade e das más condições de saúde existentes na província piauienses eram adultos e crianças.

Assim, podemos concluir que Santa Casa de Misericórdia “oferecia uma gama de ações que perpassavam pela atenuação do sofrimento do doente, como o consolo, acolhimento, hospedaria para emigrantes e preparação para a morte” (SILVA, 2016, p. 34). Dessa maneira, podemos entender que a Santa Casa de Misericórdia, além de auxiliar doentes na cura de doenças, buscava auxiliar estes internos com doações. Se configurando assim como um espaço de acolhimento de doentes desassistidos pelo poder público.

Considerações finais

Mediante o exposto, podemos perceber que a seca de 1877 a 1879, causou diversas modificações na Província do Piauí, de cunho político, social e econômico. Período esse que houve uma ressignificação do conceito de caridade, passando não mais ser algo feito de forma exclusiva pela comunidade ou igrejas, mas necessitou da intervenção do governo, na tentativa de

minimizar a calamidade pública. Notoriamente um período de muitas dificuldades para os menos favorecidos, sendo essa classe a mais atingida pelos anos de estiagem.

Assim, a segunda metade do século XIX, em Teresina, além de ser conhecida como um período voltado para o progresso e desenvolvimento, mostrou-se como uma época em que doenças e moléstias fizeram-se presentes no dia a dia dos residentes da capital. A década de 1870 foi um momento de grande movimentação em Teresina, um dos períodos mais complicado, isso em decorrência do grande número de migrantes que chegaram às terras piauienses, fugidos da seca. Isso provocou um inchaço populacional e transformações na capital da província.

A partir deste clima de instabilidade fizeram suscitar o Governo Imperial uma política de combate a calamidade, política esta que na realidade, não conseguiu atingir seu fim que era socorrer os flagelados. As medidas adotadas foram de caráter assistencialista, por meio de trabalho e doações de gêneros alimentícios, vestuários e medicamentos. No Piauí, ficou perceptível que mesmo após a implantação desses meios de ajuda, não se fixou ao longo do tempo a integração ou mudança estrutural dos flagelados, algo que ficou caracterizado na documentação analisada, que revelam os abusos e escândalos nas despesas do Governo para os migrantes. Para que houvesse uma permanência do sistema de barganha, a manutenção se dava pela elite oligárquica, possuidora das terras e do poder político, social e econômico da Província.

Desse modo, essa política assistencialista, em vez de sanar as problemáticas da estiagem, foi responsável por desenvolver uma indústria rendosa para as classes dominantes, que ao controlar a comissão de socorros públicos, conseguiam lucrativos recursos

dos gêneros endereçados aos flagelados ou por meio da mão-de-obra barata e explorativa. A seca desses três anos, configurou um sistema paternalista entre o poder central e local, que buscava combater a falta de água, o processo migratório, o aumento da mortalidade humana e o agravamento da miséria. Porém, tais medidas só colaboraram para fortalecer a barganha, a qual serviu e serve os políticos regionais atualmente, levando a consolidar no Piauí a concentração de poder e posses para a elite e a marginalização de trabalhadores rurais, massacrados pelas intempéries climáticas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Malfada Baldoino de. O poder e a seca de (1877 a 1879) no Piauí. Teresina: Academia piauiense de Letras, 1991.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: Fundação Cultural Monseñor Chaves, 1995.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. Demonstrativo do movimento de enfermarias da Santa de Casa de Misericórdia. GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. SEGOPI. SALA DO PODER EXECUTIVO. ASSUNTO: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. CAIXA: 359.

DOMINGOS NETO, Manuel. Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884). São Paulo, 2013.

LIMA, Antônia Jesuíta de. As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

SILVA, Rafaela Martins. As Faces da Misericórdia: A Santa Casa de Teresina na Assistência Pública (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 148 f. Teresina, 2016.

Fontes: Manuscritos – Arquivo Público do Estado do Piauí

APEPI. Palácio da presidência. Correspondência recebida (requerimentos), comissão de socorro. Ano 1879. Requerimento em que Luzia Joaquina Roza pede auxílio à comissão de socorros da capital.

BALANÇOS DA RECEITA e Despesa do Império nos exercícios de 1852-1853 Estado da Dívida ativa e passiva: Rio de Janeiro, Tipografia Nacional.

COSTA, José de Araújo. Relatório. GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. SEGOPI. SALA DO PODER EXECUTIVO. ASSUNTO: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. CAIXA: 359.

A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA NA CIDADE VIGIA DE NAZARÉ (1889-1894)

Felipe Daniel Noronha Mota¹
Igor Gomes da Silva²

Introdução

A transição de regime político brasileiro, da Monarquia à República, vem dotada de muitos desafios, dentre eles, a necessidade de se consolidar uma estrutura republicana estabelecendo laços de pertencimento entre a população e as ideologias do novo regime instaurado pois, a dissolução da monarquia brasileira é um processo histórico que não se restringe somente aos campos políticos e econômicos, mas, se estabelece também no campo das mentalidades, das tradições e costumes. Nesse cenário, há a formulação de um imaginário social responsável por divulgar amplamente os ideais republicanos com objetivo de estruturar e fortalecer o poder político no novo Estado, visto que, a manipulação do imaginário social é uma alternativa eficaz de consolidação do poder, principalmente em um contexto de redefinições de identidades coletivas pois, como afirma Murilo de Carvalho: “O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder” (CARVALHO, 1990, p.9). A partir disso, os símbolos republicanos brasileiros são construídos na tentativa de se manipular o sentimento coletivo, consolidar um novo sistema político, socie-

¹ Graduado em história pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Email: felipedaniel0453@gmail.com

² Graduado em história pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

dade e homem (CARVALHO, 1990). É válido destacar que, os símbolos, a partir de Pierre Bourdieu (1989) partem da tentativa de representação do real e quando criados possuem uma ideologia expressa, ou seja, não se constroem a partir de uma neutralidade. Sendo, portanto, de suma relevância analisar à construção da simbologia da república na sociedade vigiense, tal qual suas representações na tentativa de monopolização de discursos dos grupos que almejavam o poder.

Concentrando a discussão da interiorização republicana para a cidade de Vigia de Nazaré (PA), será feita uma análise da trajetória política de dois personagens vigienses: O professor Raymundo Bertoldo Nunes e o Militar Francisco de Moura Palha, destacando os seus contrastes ideológicos e suas disputas por versões da República, pois enquanto o professor, como um intelectual orgânico (REIS, 2019, p.5),³ defendia as causas sociais, lutando sempre ao lado das classe subalternas, o militar almejava sempre o poder, perseguindo a oposição sendo descrito como um ditador. Investigar a trajetória desses personagens, nos fornecem caminhos para entendermos a cidade Vigia de Nazaré no cenário oitocentista, sobretudo no contexto das fortes disputas por hegemonia política na transição de um regime político e nas disputas simbólicas para a construção da imagem do novo Estado, sendo de extrema importância traçar a cronologia dos acontecimentos que marcam a atuação desses personagens na construção da república vigiense.

³ De acordo com Matheus Gonçalves Reis, o intelectual orgânico seria aquele que representa determinada classe e exerce funções culturais, políticas e educativas, e desse modo assegura a continuidade histórica dos grupos por ele representados.

O professor Raymundo Bertoldo Nunes

O século XIX é repleto de conflitos que se tornam imprescindíveis para o entendimento do processo histórico da formação do Brasil, onde a desigualdade social e o analfabetismo nas camadas populares se encontravam como parte da realidade do reinado de Dom Pedro II, as elites no país eram as únicas a terem acesso adequado a educação. Em 1847 nascia na vila de Vigia (PA) Raymundo Bertoldo Nunes, filho de Francisco Celestino Nunes (funcionário público) e Candida Maria Ferreira Nunes (ANNUARIO DE BELÉM, 1915, p.194-195). Seus ciclos familiares, amizades, sociabilidades, políticas e docência se tornam fundamentais na formação de um perfil de professor, abolicionista, redator, diretor de escola, sócio e participante de entidades diversas. Logo, uma análise biográfica se torna necessária visando compreender sua trajetória de vida, onde se inicia na cidade de Vigia e logo se ascende para Belém, ainda assim, sua ligação com Vigia é constante.

Raymundo Bertoldo Nunes era de uma família inserida no meio cultural e político da cidade, na docência, como grande exemplo, havia seu irmão Francisco Quintino de Araújo Nunes. Anos mais tarde, aparentemente novo, por volta de seus 24 anos, Bertoldo será nomeado professor adjunto na mesma escola pública em que seu irmão trabalha, sendo este seu primeiro contato oficial com a educação em uma escola primária de Vigia em 1871. (JORNAL DO PARÁ, ed. 178 de 1871, p.1)

Na cidade de Vigia havia apenas o ensino primário, sendo que, se sentissem vontade de continuar os estudos seriam obrigados a ir para a capital, Belém. Os caminhos educacionais proporcionaram contatos diversos, algumas amizades surgiram durante sua jornada, ainda no mesmo ano em 1871 a criação da Socie-

dade Beneficente e Literária Cinco de Agosto é exemplo desses grupos de letrados, idealizada por Araújo Nunes, no qual foi instalada somente em 05 de agosto de 1872 (SOEIRO, 2012). A sociedade é dirigida atualmente pelo professor Antônio Igo Palheta Soeiro.⁴ Ao decorrer da carreira Bertoldo Nunes é demitido em 1874 junto a Vilhena Alves do cargo de professor adjunto da cidade de Vigia em uma publicação feita no impresso *Liberal do Pará*, as publicações em jornais farão parte de sua vida, em decorrência disso, o mesmo publica um artigo afirmando injustiça a sua demissão e que nunca houve em momento algum durante aqueles anos de trabalho uma reclamação e que o governo estaria fazendo reuniões “[...]com o fim de alterar a ordem pública. [...]” (O LIBERAL DO PARÁ, ed. 27 de 1874, p.2). O professor Bertoldo se identificava com as ideias liberais em uma época em que os conflitos entre os partidos Liberais, Conservadores e Católicos estavam intensos, criando assim um campo político e ideológico em torno da cidade de Vigia, na qual a atuação dos letrados se concretizava nesse campo de disputa simbólica. Em 1877, Bertoldo Nunes recebia livros para biblioteca da Cinco de Agosto como secretário da entidade, voltando em 1878 como professor adjunto de seu irmão Araujo, mas, logo iria pedir demissão para dirigir o periódico *O Liberal do Pará*, onde, em 1881, iria ser nomeado redator-gerente, passando a morar em Belém. Entretanto, não rompendo as conexões com a cidade onde iniciou a carreira. Já na cidade de Belém, a partir de 1880 teve

⁴ Graduado em História (2004), Especialista em História da Amazônia (2008) e em Patrimônio Cultural do Pará (2010), Mestre em História Social da Amazônia (2012), todos pela Universidade Federal do Pará, onde, desde 2018, faz doutorado em História. Atua como professor de história (Seduc) e integra a Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” da cidade de Vigia. No campo da história tem experiência em História da AMAZÔNIA, século XIX, e organização de ARQUIVOS, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade de Vigia e comarca, civilização, política, Sociedades Literárias, patrimônio cultural, história e literatura, memória, cidadania.

contato com diversas outras sociedades literárias, clubes e escolas, inclusive inicia nas ideias abolicionistas em sociedades emancipadoras de escravos,⁵ lutando pela liberdade e acreditando na educação para todos. Suas ações como professor e cidadão circularam por toda capital, atuando no Colégio Franco Brasileiro dirigido por José Verissimo, sendo classificado com um “moço inteligente” dentre as outras diversas participações em colégios, festas literárias, reuniões e candidaturas políticas, recusada, às vezes, pelo fato do mesmo ser considerado pobre. Durante sua jornada Bertoldo Nunes funda o colégio “Atheneu Paraense” em 1886 com o fiel objetivo na instrução pública no qual sempre acreditou (O LIBERAL DO PARÁ, ed. 205 de 1886, p.2). O projeto de poder das elites Liberais, Conservadoras e Católicas, climatizou o fim do Império no Brasil e consequências consideráveis, após a notícia da Proclamação da República alguns dias depois no Pará, se reorganizaria a nova estrutura política.

O Partido Republicano Democrata (PRD), oposição do Partido Republicano do Pará (PRP) terá como membro e redator do periódico “*O Democrata*” Bertoldo Nunes, iniciando assim, uma série de embates no campo simbólico e das representações características e constante nos periódicos (O LIBERAL DO PARÁ, ed. 289 de 1889, p.2; O DEMOCRATA, ed. 24 de 1890, p.1). Na cidade de Vigia, a república também é instalada, Bertoldo tinha uma rivalidade com o capitão Francisco de Moura Palha, originada por sua vez na antiga relação onde Palha se intitula e declara apoio aos democratas, anunciando até a mudança do jornal *O Liberal da Vigia* em um órgão democrata, mas logo recebe uma carta convite para se tornar membro da comissão par-

⁵ Gazeta de Notícias, ed. 170 de 1881, p.1. O Liberal do Pará, ed. 71 de 1882, p. 1. O Liberal do Pará, ed. 123 de 1882, p. 03, O Liberal do Pará, ed. 123 de 1883, p. 03, Diário de Notícias, ed. 85 de 1888, p. 02, O Liberal do Pará, ed. 105 de 1888, p. 02.

cial do Partido do Governo, entregue por intermédio de Bertoldo, ocorrendo sua repentina mudança de lado político (O DEMOCRATA 15/01/1890, p.2). As batalhas são travadas durante todo momento do pós-proclamação, onde a construção do regime é evidente nas atuações em prol da construção simbólica para legitimar o novo regime, havendo difamações, divergências e até mesmo agressões físicas.

O capitão Francisco de Moura Palha

Sempre envolvido com muita polêmica, Francisco de Moura Palha esteve muito ligado a vida política da cidade de Vigia, seja por suas divergências partidárias,⁶ seja pelo exercício de seu cargo de promotor público, inicialmente na comarca de Macapá e posteriormente na comarca Vigia de Nazaré. Palha carregou o nome de uma família de inigualável prestígio na cidade, reconhecimento este que em grande parte deriva da atuação de seu pai, o Capitão José Pedro de Moura Palha que aos 19 anos, ficou reconhecido por lutar a favor das tropas legalista contra os Cabanos em 1835, onde se mostrou muito eficaz na contenção da revolução e na reorganização da cidade.

Nascido em 1816, quando apenas tinha 19 anos, vio-se obrigado na defesa da patria a pegar em armas contra os rebeldes, que em 1835 fizeram na Vigia a terrível carnificina que até hoje horroriza aos que d'ella tem tido notícias, trabalhando ainda na restauração da legalidade ao lado das forças do governo em 1836 (A REPUBLICA, 18 fev. 1890, n. 2, p.2).

José Pedro de Moura Palha, casou-se com Maria Palha, deste casamento nasceram seis filhos, dentre

⁶ Francisco Palha envolve-se em uma intriga com Laureano Gil de Souza sobre ter recebido um escravo de seu pai, José Pedro de Moura Palha (Jornal O Liberal do Pará, 1870, ed. 117, p. 1)

eles Antônio Botelho de Moura Palha, Dona Maria de Nazaré Palha de Medeiros, Modesto Augusto de Moura Palha, e Francisco de Moura Palha.

Nascido na cidade de Vigia, Francisco Palha foi um cidadão que soube usar a política como uma forma de ascensão social, tanto que, em 1879 ocupou o cargo de vereador da Câmara Municipal e desde então teve uma vida muito ativa no que diz respeito às disputas partidárias na sociedade vigiense. (ALMANAK, 1879, p. 286). No ano de 1876, Francisco Palha se torna promotor público da Comarca de Macapá (A CONSTITUIÇÃO, 1876, ed. 292, p.1), envolvendo-se em desavenças com o partido conservador da comarca, na qual dizia que não sairia de Macapá sem pôr na cadeia o Coronel José Júlio Tavares, o então presidente do partido conservador, elaborando um processo jurídico que se tornou anulado por falta de provas (A BOA NOVA, 1878, ed. 95, p.1-2). Sua nomeação à promotoria pública de Vigia ocorre dois anos depois, em 1878 por intermédio de uma transferência de Cargo com Manoel Smothness Pó, cargo este pelo qual recebeu muitas críticas do partido conservador, representado pelo jornal A Constituição, nas quais se relatavam que Francisco Palha exercia seu cargo com “incompetência” e certas imoralidades, como também, afirmava-se que a administração Pública da cidade se tornara uma vergonha e que Palha “Fazia o que bem quisesse nas audiências”. Nesse mesmo ano de fervorosas turbulências entre liberais e conservadores, vem sua nomeação ao cargo de capitão da guarda nacional de Vigia (DIÁRIO DE BELÉM, 1881, ed. 47, p.2). No dia 01 de outubro de 1885, exonerado do cargo de promotor público da comarca de Vigia pelo presidente da província a seu próprio pedido, Francisco de Moura Palha faz o requerimento de um exame de habilitação afim de obter provisão para advogar na Comarca (O LIBERAL DO PARÁ, ed. 221,

p.3), recebendo tal provisão no dia 08 de outubro do mesmo ano, tornando-se advogado em Vigia (O LIBERAL DO PARÁ, ed. 227, p.2). No ano de 1887, a comissão executiva do partido Liberal publica uma lista dos candidatos de comissão executiva em que Francisco de Moura Palha se faz presente, junto a Araújo Nunes, idealizador da sociedade literária e beneficente “Cinco de Agosto” (O LIBERAL DO PARÁ, ed. 287, p.1). No que se referem as suas atuações na imprensa paraense, Francisco Palha Foi redator de O Liberal da Vigia e membro da comissão parcial do partido Liberal na cidade (O LIBERAL DO PARÁ, ed. 223, p. 2). No dia 17 de fevereiro de 1889, meses antes do golpe, o partido Liberal é o grande vencedor das eleições e Francisco de Moura Palha fica o cargo da instrução pública (A REACÇÃO, 1889, ed.114, p.1). Nas eleições provinciais, no dia 7 de outubro do mesmo ano, Francisco Quintino de Araújo Nunes e Francisco de Moura Palha são apresentados pelo partido liberal como candidatos do terceiro distrito. Já em 22 de novembro, visualiza-se a Adesão formal do partido Liberal a república. Em 1889 Francisco de Moura Palha afirma que o partido Liberal é sua prioridade e que em sua ausência quem cuidaria de alguns assuntos políticos da cidade seria seu filho Henrique de Moura Palha e seu grande amigo Tenente Rocha Pires, secretário da comissão parcial do Partido Liberal (O LIBERAL DO PARÁ, 1889, ed. 40, p.2). Com a Proclamação da República, o Partido Liberal é extinto, tornando-se o Democrata, com isso, em 1890 Francisco de Moura Palha junto a Abraão Ataíde se mobilizam na criação de um jornal vigiense intitulado “Cidade da vigia” em que este seria um dos principais órgãos para fazer campanhas aos moldes do Partido Republicano de Belém (A REPUBLICA, 1890, ed. 07, p.1).

Nesse contexto, capitão Palha se envolveu em muitas desavenças com o outro personagem dessa pes-

quisa, Bertoldo Nunes, na qual citamos anteriormente. Nessa disputa, nota-se um fato muito curioso: Na ata de fundação do Clube Republicano de Belém, Bertoldo Nunes se fez presente, sendo ele o próprio responsável de ficar a cargo do livro de atas. No entanto, Bertoldo Nunes não assinou a lista de participantes, pois este seria um dos principais inimigos do Partido Republicano de Belém, lutando sempre pelo lado dos democratas. Quando questionado sobre o fato de não ter assinado a lista, Bertoldo enviou uma carta para Francisco de Moura Palha relatando que não assinou a mesma por acidente, e que segundo ele, teria se esquecido (O DEMOCRATA, 1890, ed. 10, p. 3). Sua atuação no Partido Republicano do Pará, leva-o a ser nomeado ao cargo de intendente municipal, chegando a cumprimentar pessoalmente o governador do Estado Justo Leite Chermont em 1890, e acompanhá-lo em uma excursão até Porto Salvo, no interior da Comarca de Vigia (A REPUBLICA, 1890, ed. 106, p. 1-2). Essas projeções políticas, junto a sua eleição como o presidente do diretório do Partido Republicano do Pará, deram ao capitão Moura Palha a condição de ocupar o cargo de senador do Estado em 1891.

Jogos de poder: bandeira, heróis, simbolismos e a construção da república.

No dia 17 de novembro de 1889, a notícia da Proclamação da República chega para os demais lugares do país, devido as dificuldades na comunicação telegráfica. Com isso, o controle do novo Estado fica a cargo de um pequeno grupo militar que se dirigiram à praça da “Aclamação”, iniciando então o golpe militar da República, denominado de “Proclamação da República Brasileira”.

A ideia de que aos militares cabia a salvação da pátria generalizara-se no Exército a partir da Guerra do Paraguai, à medida que o Exército se institucionalizava. É claro que os militares estiveram em todos os tempos divididos entre várias opções e seria um grande equívoco imagiá-los como um todo. [...] (COSTA, 1999, p. 461).

Após a instauração do novo regime, existe a necessidade de se formular estratégias visando a legitimidade do novo regime, no qual a ideologia, o poder simbólico e as representações se tornam aparatos históricos para garantir a firmação da República. Os clubes republicanos ao redor do país se transformam nas principais ferramentas para a construção da República, os letrados exercem uma grande participação, atuando geralmente em jornais.

O Clube Republicano do Pará (1886) surge como gênese de um processo de interiorização da república, se estendendo também para a cidade de Vigia, sendo fundamental a investigação dos processos históricos nas disputas por poder no campo cultural e ideológico. Dessa forma, em 1890 é criado o PRD (Partido Republicano Democrático) e o antigo jornal conhecido como *O Liberal do Pará*, se transforma em *O Democrata*, tendo este como redator, Raymundo Bertoldo Nunes.

A importância da posição ideológica e política dos jornais é inteiramente ligada a construção simbólica da República, na cidade de Vigia foi criado em 1890 o jornal *Cidade da Vigia*, órgão do PRP (Partido Republicano do Pará) onde sua direção era composta principalmente por Francisco de Moura Palha e Francisco Abraão Furtado de Ataíde (*A República*, ed. 06 de 1890, p. 01). O período do novo regime, tanto em Belém quanto em Vigia, abarcam em seus primeiros anos principalmente a busca por legitimação, onde as disputas políticas se intensificam, gerando uma série de artigos de crítica e intriga entre os dois partidos atra-

vés dos seus jornais. Nesse contexto a imprensa se torna um campo de batalha simbólico, uma vez que

Os Jornais além de serem meios de comunicação capazes de informar eventos, promover transformações, divulgar notícias, também são construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos. [...] Os jornais são espaços de manifestações de valores de grupos sociais e partidos políticos ao mesmo tempo em que são espaços que apresentam resultados julgamentos de jornalistas [...] (GAIA, 2016, p. 47-48).

Sendo assim os periódicos que circulavam ao redor do meio social criavam uma relação direta com a construção da realidade sociocultural, onde sua inclinação política se condiciona designada para a formação ideológica de um imaginário republicano. Em 1890, começariam as primeiras intrigas do novo regime em busca de legitimação, onde Bertoldo falava sobre o regime, e chamaram de “Republica de papel”, definindo no artigo que essa “república não é boa coisa”. Sempre em resposta aos artigos de Bertoldo, Moura Palha diretamente do *Cidade da Vigia*, fazendo questão de se pronunciar e responder a altura dos comentários, sendo uma característica, apontada até por ex-membros do PRP, em decorrência de uma forte perseguição a sua oposição, que aplicavam ameaças principalmente a Bertoldo, relatando a seguinte mensagem no jornal *A República* que diz: “O sr. Bertoldo não se esquite muito, porque quem é...de cebo....derrete-se” (O DEMOCRATA, 1890, ed. 130, p.1). Tanto Bertoldo quanto Moura Palha se inserem na vida pública civil e profissional, jornais e sociedades onde mantinham conexões com grupos de letrados diversos. No dia 19 de maio de 1890, a oficina tipográfica do *O Democrata* em Belém pega fogo misteriosamente, sendo um mistério a causa do tal incêndio. As disputas por poder ultrapassam os limites do campo ideológico, se estendendo até a violência.

Em 1890 com a fundação do jornal *Cidade da Vigia*, a construção da República ganha forma, a adesão da cidade à República acontece, o senador e capitão Francisco de Moura Palha estaria à frente como representante do PRP, logo então seria assinado um termo de adesão por aqueles “verdadeiros patriotas” que simpatizassem com a república, assim ocorreu no dia 29 de dezembro de 1889, no qual podemos identificar a organização dos republicanos no meio vigiense, que se organiza da seguinte forma: a comissão, formada pelo Presidente Capitão Francisco de Moura Palha, vice-presidente capitão José Angelo Gomes, secretário tenente Francisco Abrahão Furtado Athayde, membros: capitão Manoel Francisco de Vilhena, alferes Miguel Archanjo de Souza, alferes Gregorio Naziazeno Nunes da Costas e o cidadão João do Espirito Santo Madeiros (A REPÚBLICA, 1889, ed. 13, p.1). No dia 23 de janeiro de 1890, aconteceu, na casa do coronel Joaquim Manoel de Carvalho, a primeira reunião do Partido Democrata em Vigia, fazendo-se presentes os membros: os capitães Manoel Felipe da Costa e Francisco Antonio Rayol, o professor Francisco Q. d’Araujo Nunes, tenente José Marques d’Araujo Rego e outros cidadãos, onde o convite e discurso foi redigido pelo dr. Vicente Mirando do diretório do partido do Estado tratando de assuntos do partido na cidade (O DEMOCRATA, 1889, ed. 13, p.1).

Os campos das batalhas simbólicas se formavam na cidade e todos sentiam o impacto da República da Espada, a resposta popular vem em 1893, com um levante contra o senador Moura Palha, os vigienses liderados por Casemiro José Ferreira iriam elaborar uma manifestação, no qual já não se suportava mais as “diatribes” de Palha (O DEMOCRATA, 17/08/1893, p.2). A perseguição de Palha sobre Theodoro Rodrigues, um ex-membro republicano indica, ainda mais, o verdadeiro caráter de Francisco Palha, onde Theodo-

ro afirma, em uma publicação no jornal O Democrata, que foi enganado com mentiras pelos republicanos, se afastando e declarando seu apoio aos democratas, pois a conduta de Bertoldo o fazia confiar (O DEMOCRATA, 31/05/1893, p.2).

Conclusão

Os processos de disputa e busca por legitimidade no início da primeira República Brasileira, revelam-nos um extenso campo ideológico onde os embates levam ao entendimento dos jogos de poder pelo controle do país. Na cidade de Vigia de Nazaré oitocentista, as intrigas políticas são evidentemente resquícios da “interiorização da República” onde por meio da trajetória de dois personagens vigienses é possível compreender os contrastes nos desenvolvimentos políticos e ideológicos da República, contestando a ideia tradicional de que o Novo Regime é proclamado abruptamente em 1889, pois como se percebe que a República Brasileira é uma construção, na qual os jornais, junto a atuação dos letrados, sustentaria a maciça divulgação de ideias republicanas, tornando-se também centro de disputas por representações dentro de uma matriz mais ampla denominada como um campo simbólico.

À luz dos fatos mencionados, a construção da primeira República (1889-1894), mostra-se como um período extremamente conturbado, onde o poder se encontra, principalmente, nas mãos dos militares. Em contextualização do cenário em Vigia de Nazaré, permite-nos a conclusão de que a instalação da República na mesma acontece por meio de uma construção política e ideológica.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. O que é História Cultural. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república. Momentos decisivos. São Paulo Ed. UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações sociais. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

_____. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Editora Companhia das Letras, 2019.

FARIAS, William Gaia. A construção da República no Pará (1886-1897). Editora Açaí, 2016.

GEERTZ, Glifford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

RANGER, Terence; HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Fontes: Jornais

A República. Belém (1886 a 1900)

Almanak. Belém (1868 a 1873)

A Reacção. Cameté (1889)

A Boa Nova. Belém (1873 a 1883)

A Constituição. Belém, (1874 a 1886)

Diário de Belém. Belém (1868 a 1889)

Cidade da Vigia. Vigia (1890 a 1893)

O Liberal do Pará. Belém (1869 a 1889)

O Liberal da Vigia. Vigia (1882)

O Democrata. Belém (1890 a 1893)

SOBRE OS AUTORES

Eveline Almeida de Sousa

Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e doutoranda na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Email: evelinehistor@gmail.com

Gustavo Pinto de Sousa

Professor do Instituto Nacional de Surdos (INES) e do Programa de Pós Graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Email: gsousarj@gmail.com

Isabel Teresa Creão Augusto

Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e doutoranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Email: isabelaugusto@gmail.com

João Nei Eduardo da Silva

SEMEC/Prefeitura Municipal de Belém, e SEDUC/Pa. E-mail: joaoneied1@yahoo.com.br

Eliana Ramos Ferreira

PROFHISTÓRIA/UFPA/CAMPUS-ANANINDEUA.

E-mail: lia64star@gmail.com

Laura trindade de Moraes

Professora da rede privada de ensino, licenciada e bacharel em História, mestre em História social da Amazônia e Doutoranda em história social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará.

Email: laurashj@hotmail.com

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves

Mestranda do Programa de Pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: kerciarps@gmail.com

Nara Viviany Moura de Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: oliveiranara288@gmail.com

Felipe Daniel Noronha Mota

Graduado em história pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Email: felipedaniel0453@gmail.com

Igor Gomes da Silva

Graduado em história pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).



ISBN 978-658984904-9



9

786589

849049